

055ª SESSÃO ORDINÁRIA - 19JUN2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (14h23min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, em virtude de se encontrarem no plenário os moradores do bairro Cristal e da Vila Cruzeiro, que são atingidos pela duplicação da Av. Tronco, solicito a inversão da ordem de priorização da votação dos projetos na Ordem do Dia, para que possamos imediatamente procedermos à votação do PLCE nº 003/13. Após, retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.). (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**.

Em votação o PLCE nº 003/13. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os lutadores da região, os moradores, o Comitê Popular da Copa. Em nome da oposição, do nosso Líder, o Ver. Pedro Ruas, do PSOL, do PT e do PCdoB, eu queria encaminhar as Emendas. Nós tínhamos o entendimento de que a Câmara poderia colocar dentro do Projeto aquilo que foi uma conquista da comunidade, aquilo que foi um processo de luta de dois anos de mobilização das pessoas atingidas pela duplicação da Av. Tronco, que não tinham garantia do direito ao reassentamento, que fizeram o Movimento “Chave por Chave” para dizer que só sairiam das suas casas quando houvesse política habitacional dentro da região, para garantir direitos básicos à cidadania, à democracia e, sobretudo, à moradia, num bairro que foi valorizado pela luta dos trabalhadores, que lutaram para ter asfalto, que lutaram para ter escola, para ter água, para ter melhores condições de vida e

que, com a especulação imobiliária, e, sobretudo, das obras da Copa, seriam atingidos pela duplicação da Av. Tronco. Quero resgatar que, em nenhum momento, o Movimento do Comitê Popular da Copa e dos Moradores, o Movimento Chave por Chave, foi contrário à obra de duplicação da Av. Tronco. Nunca foi. Mas queria garantido o direito à moradia. Eram contrários à violação de direitos, ao ataque à moradia digna, à falta de democracia. É por isso que, durante dois anos, eles fizeram essa mobilização. Essas Áreas de Interesse Social não caíram de paraquedas na Câmara, Ver.^a Séfora Mota; na verdade, foram uma conquista da comunidade que listou uma a uma essas áreas para serem o reassentamento das famílias atingidas pela duplicação da Av. Tronco. Só que isso não diz no corpo do Projeto. E isso nós votamos. Votamos a partir de emendas, e a Câmara ficou de discutir essas emendas para que constasse, Ver. Cláudio Janta, lá no corpo do Projeto, que essas obras são prioritárias para as famílias atingidas pela duplicação da Av. Tronco, que essas áreas, se sobrarem, serão destinadas para as áreas de risco da região, para os que moram na pedreira, que correm risco, para os que estão no Arroio Cavalhada há dez anos!

Uma criança que tinha seis anos, há dez anos, hoje tem 16 anos e segue morando à beira do Arroio Cavalhada com a promessa eterna de que vai ter moradia. Depois não entendem quando o povo acorda, quando o povo vai às ruas: são 16 anos esperando pelo Poder Público! Vocês sabem o que é estar em casa e vir uma cobra pelo vaso sanitário porque estão à beira de um arroio? Não sabem, mas quem mora lá na beira do Arroio Cavalhada sabe o que eu estou dizendo. E nós estamos lá com a Raquel Rolnik e com o Movimento. Ontem, o Prefeito Fortunati disse que as obras são para a Cidade, que as obras não são para a Copa, que são para a cidade de Porto Alegre, e desvincula, Ver. Brasinha, a duplicação da Av. Tronco das obras da Copa. Eu não vou entrar no debate aqui da Copa, dos R\$ 30 bilhões que o Governo Federal está destinando para construir estádios enquanto faltam hospitais e saúde, a nossa concepção sobre isso vai ficar para outro momento, mas o Governo desvinculou. Então, o Movimento tem razão! Então, a gente pode parar esse processo, aprovar as Emendas, e garantir que acabe a faca no pescoço, ao oferecer um bônus-moradia que não compra outra área na região, ao oferecer um aluguel social de R\$ 400,00, pois todo mundo sabe que hoje em dia é difícil alugar alguma coisa por R\$ 400,00 porque a especulação imobiliária aumentou o preço dos imóveis lá para cima, cujo dinheiro, aliás, poderia ser usado para o reassentamento,

pág. 2

para a construção dessas moradias! Estou nervosa, sim, na tribuna, porque, na quarta-feira passada, eu tinha a compreensão de que o Governo aprovaria as Emendas, mas não parece, Ver. Aírto Ferronato, que seja essa a opinião do centro do Governo. Então, eu queria não só ouvir o Governo, mas pedir que seja feito um processo de negociação com a comunidade antes da votação das Emendas, porque o Comitê Popular da Copa, como disse o Ver. Pedro Ruas, em nosso nome, esteve aqui na quarta-feira passada, e o Governo acordou com a Emenda nº 1 e com a Emenda nº 2. Agora o Governo chega e diz que não tem acordo! Esperta foi a FIFA que mandou dizer que não tem acordo, que as pessoas têm direito à moradia digna. Acho que nós temos que ter palavra, ter negociação e, sobretudo, garantir o direito ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acredito que a impugnação que se faz neste Projeto se desfaça no dia de hoje. Há até um condicionamento jurídico, em área semelhante, dizendo que a inclusão dessas Áreas Especiais de Interesse Social - que ciclicamente o Município está requerendo, e algumas vezes os próprios Vereadores têm solicitado - não poderia prosperar, porque elas dependeriam de Audiência Pública para consolidar a matéria. Acho que o povo, que é interessado direto na equação desse problema, está aqui presente, aplaudindo e querendo que votem agora e já. Já foi invertida a Ordem do Dia até para que isso ocorra. Parece-me que não há discussão contra o Projeto. O Projeto, acredito, vai merecer o apoio unânime da Casa. As discussões se restringem às Emendas, e, como eu não sou de esconder a minha posição, eu estou aqui na tribuna antecipando as posições, porque, quando se discutiu essa matéria, acertamos que haveríamos de compor estas Emendas em conjunto, entre a discussão e a votação, mas lamento dizer que isso não ocorreu; não sei se não aconteceu apenas com a minha Bancada, que é uma Bancada de um só Vereador, que não foi ouvida, mas sei de vários Vereadores que não foram ouvidos nesse particular.

E, com relação à Emenda nº 01, que parece que tem a maior simpatia, eu quero declarar, de forma muito categórica, que vou votar contra, porque não entendo que deva ser discriminado quem quer que seja. As áreas ali existentes são destinadas exclusivamente aos moradores que hoje residem na área, independente da renda familiar que disponham. Não será o fato de ganhar mais ou menos de três salários mínimos que irão excluí-los deste processo. Esse processo é de inclusão e não de exclusão, e o risco de exclusão nesta Emenda é muito forte. Votarei contra.

Quanto às demais Emendas, pelas próprias razões que eu já expus, não tenho nenhuma razão para ser solidário com elas, especialmente com aquelas que tratam de privilegiar situações de determinadas religiões. Eu acho que nenhuma religião merece ser privilegiada neste momento. Esta Área Especial de Interesse Social é laica, está acima de qualquer divergência de religiões. O objetivo é atender os moradores e assegurar a eles uma moradia digna, uma moradia decente, uma moradia adequada, que corresponda às suas expectativas. Então, fica muito claro: voto a favor do Projeto e voto contra as Emendas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras desta Casa, eu acho que este Projeto é bom, e, com as Emendas nº 01 e nº 02, ele fica melhor ainda para ajudar a população, para ajudar os trabalhadores daquela região, para fazer realmente um projeto social. Esta Casa vem pedindo adiamentos deste Projeto para discutir as Emendas, a Casa não discute as Emendas, então, acham que as Emendas são boas! A Casa vem adiando, há três semanas, a discussão do Projeto, Ver. Nereu D'Avila, porque ia discutir as Emendas! Nós já vimos as Emendas em Plenário e achamos as Emendas nº 01 e nº 02 boas, pertinentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida, pertinentes à realidade da região, pertinentes às obras necessárias para assentar os trabalhadores que moram naquela região. Então, o Delegado Cleiton está retirando a sua Emenda – já me comunicou, quando eu assinei a Emenda dele, como Líder da Bancada, naquele dia – para não complicar mais o Projeto, porque havia o entendimento de inconstitucionalidade

na Emenda dele. Nós podemos retirar ou derrotar as outras Emendas, mas as Emendas nº 01 e nº 02 são imprescindíveis para o projeto social que a Prefeitura propõe para aquela área da Av. Tronco. Que esta Casa aprove este Projeto e aprove as Emendas nº 1 e nº 2! É imprescindível para a população de Porto Alegre, para os trabalhadores que moram naquela região que este Projeto seja realmente um Projeto social, um Projeto de moradia para os trabalhadores!

Com força e fé, temos certeza de que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre fará o seu trabalho social, o seu trabalho de cidadania para dar dignidade aos trabalhadores da região da Vila Tronco, da Vila Cruzeiro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, retirei a minha Emenda, tendo em vista as dificuldades que estamos tendo nesta aprovação. E há um pré-acordo com o Executivo para que fique garantido em outro Projeto os ilês e outros templos daquela região. Outrossim, pode ter algum problema com o Programa Minha, Casa Minha Vida, por isso a retirada desta Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^aJussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 003/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o pessoal da Tronco, do Comitê Popular da Copa. A presença de vocês, como sempre, na hora das lutas, é muito bem-vinda nesta Casa, porque nós não estamos, aqui, discutindo qualquer coisa, nós não estamos discutindo, como eu já disse desta tribuna, questões menores; estamos discutindo, aqui, direitos humanos de moradores que garantiram o seu sagrado lugar de morar na base da luta. E é isso o que está expresso aqui.

Eu já disse desta tribuna que a Copa tem que ser boa não só para quem vem de fora, para quem vai chegar aqui, mas a Copa tem que ser boa, antes de tudo, para quem mora, para quem trabalha, para quem vive na cidade de Porto Alegre.

E é por isso que a Vila Tronco é um exemplo do que estou falando. A Vila Tronco é um exemplo da falta de diálogo com o população de Porto Alegre. Não houve diálogo, é um

exemplo do desrespeito que está havendo nesta Cidade, e em outras cidades também, ao sagrado direito de morar, com a dignidade do povo trabalhador desta Cidade, de modo muito especial, com o pessoal da Vila Tronco.

Só nesta Cidade, o povo, e, principalmente, as mulheres, sempre as mulheres, são a maioria na luta por moradia. Por quê? Porque para nós é decisivo. Mulher não larga seus filhos, mulher precisa de referência, mulher é chefe de família. Se eu pedir, aqui, para as mulheres chefes de família levantarem a mão, serão a maioria dos presentes! Então, é o sagrado direito de morar da mulher e da sua família. Então, este povo organizado conquistou o direito à moradia na base da luta e da unidade. Em Porto Alegre tem sido assim há anos! Então, essa organização, os direitos, a conquista têm que ser referência nesta Casa para a nossa votação.

Eu estou me pautando muito pelas discussões que a gente tem feito com a Vereadora que fez as Emendas, com o Comitê Popular, liderado pelo Waldir Bohn Gass, que, aliás, foi o primeiro Presidente da UAMPA, nesta Cidade.

Primeira coisa, o que o boletim diz? Não saia da sua casa. Nós temos que respeitar esse direito. E, aí, dentro dessa ótica, ontem, o Prefeito disse que a obra não sairia mais. Então, se a obra não vai sair, deixa o povo lá! E vamos dar dignidade à moradia do povo. Só que eu tenho uma preocupação: é ou não é isso? Foi um dizer intempestivo do Prefeito? O que é verdade? É com isso que nós temos que nos preocupar! Então, por medida de segurança, por prevenção, se for uma atitude intempestiva, preventivamente, nós vamos votar as Emendas. Já articulamos, aqui, com a Ver.^a Fernanda Melchionna, a negativa à Emenda nº 01, até porque as outras Emendas são mais avançadas e estão de acordo com a necessidade do povo da Vila Tronco. Então, a favor das Emendas nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05. Agora, eu quero deixar marcado aqui, em nome do PCdoB: não dá para o Prefeito ter dizeres intempestivos sem olhar o direito do povo. Porque, se não vai mais ter obra da Copa, deixa o povo lá. E vamos dar garantia, segurança e dignidade ao povo da Vila Tronco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Quero requerer o adiamento da votação do PLCE nº 003/13, por uma Sessão - como Líder da oposição, ouvindo o Líder do Governo -, para que possamos, nesse período, ter a possibilidade de algum tipo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**; 1 voto **NÃO** e 1 **ABSTENÇÃO**.

Solicito ao Ver. João Carlos Nedel que assuma a presidência dos trabalhos, pois receberei o Sindicato da Casa no Salão Nobre da Presidência.

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o Requerimento nº 119/13, de autoria do Professor Garcia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLCL nº 025/12. (Pausa.)

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 025/12, por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente, em consideração à presença do Sindicato e dos representantes dos seis registros notariais de Porto Alegre que estão acompanhando a votação, eu solicito a priorização deste Projeto. Este Projeto está há quase um ano tramitando na Casa, então eu peço, encarecidamente, aos Vereadores da Casa que nós possamos votá-lo hoje. Ele foi priorizado na segunda-feira na reunião de Líderes, ou seja, nós temos essa priorização, através de um encaminhamento da Casa. Se houvesse algum empecilho, seria levantado na reunião de Líderes de segunda-feira; como não houve, foi priorizado. E até em respeito aos representantes que, em massa, se fazem

presentes, eu solicito, então, que possamos votá-lo hoje e que esse pedido de adiamento tenha votação nominal para que a gente possa derrubá-lo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Registro a presença, no plenário desta Câmara, dos alunos do 4º ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental General Daltro Filho, que vieram acompanhados das professoras Isabel Rodrigues da Silva e Aline de Souza Mena Barreto. Todos eles estão acompanhados do funcionário do nosso Memorial, Jorge Barcellos. Sejam muito bem-vindos.

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Márcio Bins Ely, o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação o Requerimento nº 121/13, de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 160/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 052/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação.

A SRA. LOURDES SPRENGER (Requerimento): Sr. Presidente, tendo em vista que tramitam outros Projetos sobre esse tema, eu solicito o adiamento da discussão do PLL nº 052/13, por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): (15h12min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje, na 3ª Sessão, transita na Casa, em discussão preliminar, o Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017.

A breve Exposição de Motivos deste Projeto deixa claro que o mesmo foi elaborado em estrita consonância com as prioridades do Orçamento Participativo, com o disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal, com o disposto no art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Vejam bem, eu quero acentuar esta expressão: “que estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.

Vale, portanto, na oportunidade, para encaminhar, os cumprimentos de praxe: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, o texto curto desta Exposição de Motivos, longe de prejudicá-la, muito antes pelo contrário, facilita o entendimento da mesma. O Governo do Município, o Governo do Prefeito José Fortunati, de uma forma muito clara, fez uma opção para honrar os compromissos que assumiu com o Orçamento Participativo, e eu fico muito à vontade para me manifestar sobre esta matéria, porque eu não tenho, até por uma questão de foro íntimo, participado das reuniões do Orçamento Participativo, de vez que entendo que tenho que falar sobre os problemas da Cidade, Ver. Nereu, aqui nesta Câmara, para a qual eu fui distinguido com o voto popular. Eu não posso ir às discussões das várias instâncias do Orçamento Participativo discutir com os Delegados, com os participantes do processo, assim como eles não terão oportunidade de vir discutir comigo aqui na Câmara Municipal, porque não estão legitimados para tanto; aliás, eu não me julgo legitimado para discutir com eles nas instâncias para as quais eles estão legitimados. Por isso, quero acentuar, desde logo, essa confissão categórica do Governo do Município de compromisso pleno com as decisões emanadas do Orçamento

Participativo, não deixando de reconhecer, entretanto, que o faz na fiel observância das normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade da isenção fiscal, circunstância essa introduzida na legislação brasileira pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que, sabidamente, marca, de forma positiva, a vida administrativa do País.

Hoje, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, discute-se mais. No Congresso Nacional, há uma forte corrente, espero eu que majoritária, que pugna pela implantação, de forma definitiva, do orçamento impositivo, isto é, aquele orçamento que, uma vez votado no Congresso Nacional, consagrado pela Presidência da República ou pelas autoridades estaduais ou municipais, referendado pelos legislativos, nas hipóteses de veto, passe a ser uma regra, em cima da qual não se discute. Em nível federal, isso representa acabar com essa barganha das chamadas emendas parlamentares que os deputados votam e que mais tarde precisam negociar - é o termo mais cândido que pode ser utilizado para essa barganha - com as autoridades constituídas para que as mesmas sejam empenhadas e liberadas para os Estados e Municípios para os quais se dirigem e pretendem beneficiar. Então, Sr. Presidente, eu acho que, nesse particular, estamos dando grandes passos, e é preciso que, nos legislativos municipais, nos Parlamentos locais mais próximos da comunidade, essas regras sejam bem clareadas, bem definidas, bem apresentadas e bem sustentadas. No primeiro dia em que se debateu essa matéria, eu tive, Ver.^a Mônica, a oportunidade de sublinhar os objetivos, as diretrizes estratégicas, colocados no artigo 2º do Projeto. Hoje, eu me reservo estabelecer algum comentário sobre o artigo 6º, que diz que as inclusões, alterações de programas e seus atributos poderão ser aprovados por intermédio de lei, inclusive das Leis de Diretrizes Orçamentárias, mas tais leis orçamentárias anuais e até mesmo leis que autorizam abertura de créditos adicionais. O que quer dizer esse dispositivo solto de forma propositada dentro do Projeto de Lei? Quer dizer que o Plurianual não é uma norma para engessar definitivamente o complemento das regras orçamentárias, e que hoje o que é uma diretriz indiscutível, Ver. Nereu D'Avila, poderá não ser no dia de amanhã. Dessa forma precisa que haja uma abertura - e essa abertura existe na legislação federal e é aqui consagrada - no sentido de permitir que na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e até mesmo dos próprios orçamentos, possam ser feitos alguns ajustes.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu estou sustentando essa qualificação do Projeto extremamente bem instruído com uma avalanche de números sobre a qual não vou ousar me aprofundar. Creio que a Comissão de Finanças e Orçamento, como o seu próprio nome estabelece, fará, com a devida responsabilidade e sobretudo com acessibilidade dos seus integrantes, todos eles de boa experiência na Administração do Município e com condição de poder perceber alguma situação que os números estejam de acordo com a diretriz ou com a proposta contida no Projeto. É lógico que em uma Comissão onde há pessoas como nosso ex-Prefeito Guilherme Socias Villela, essa tranquilidade nos é passada. Nós temos, Ver. Nereu D'Avila e Ver. Bernardino Vendruscolo, que olhar na nossa Comissão, na Comissão de Constituição e Justiça, esses aspectos da legalidade, que, à *prima facie*, me parecem perfeitos no Projeto. Está absolutamente de acordo com a legislação a proposta do Prefeito Municipal que vem a este debate, antecipada na análise prévia da nossa Procuradoria que, num Parecer prévio, conclui dizendo que a matéria, objeto da proposição, consoante se infere no exposto, insere-se no âmbito da competência Municipal, inexistindo óbice legal à sua tramitação. Essa é a primeira análise que se faz, e uma mais aprofundada faremos na Comissão de Constituição e Justiça, mas dificilmente nós poderemos sair dessas primeiras constatações, dado que merece ser examinado nesta Casa, e, se for o caso, receber algumas emendas, mas, ao final e ao cabo, ser aprovado para que cumpram os seus objetivos previstos na lei maior do País e, sobretudo, na legislação específica que regula a matéria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Márcio Bins Ely solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 22 a 27 de junho. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, estamos discutindo, nesta Casa, as diretrizes de Orçamento do nosso Município. Estamos vendo as manifestações que ocorrem no Brasil inteiro, manifestações que dizem muito bem que não é por R\$ 0,20 que esse povo, que essa juventude está indo às ruas, eles estão indo às ruas em busca de algo mais do que R\$ 0,20. E o nosso Município, o nosso Prefeito, a Prefeitura de Porto Alegre apresenta a esta Casa um Projeto em que está previsto R\$ 1,56 bilhão para a área da Saúde. Um trabalhador, uma dona de casa, um estudante que nos assiste, Ver.^a Fernanda Melchionna, acha que esse valor é muito dinheiro - e parece muito dinheiro -, mas eu acredito que para salvar vidas, para prevenir saúde é insignificante, é quase nada, até porque mais de 60% desse dinheiro é repassado para as redes de atendimento federal do nosso Município. A maioria desse dinheiro é um repasse que vem da União, que retém 62% dos impostos do nosso País, que retém 100% das taxas, 100% das contribuições, e faz esse repasse a conta-gotas, de uma forma antirrepublicana, que obriga os nossos governantes - Prefeitos, Governadores, Parlamentares - a irem seguidamente a Brasília para mendigar. E isso acontece por nossa culpa, que, socialmente, avançamos na Constituição de 1988, mas permitimos que esse sistema tributário nacional prevaleça.

Então, é importante que a gente faça e discuta um novo pacto federativo neste País. É imprescindível que as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas e nós comecemos a discutir a necessidade de esses recursos serem mais democráticos e virem diretamente para os Municípios. Não pode um Município ficar com 14% dos impostos, Ver. Pedro Ruas, já que o Município tem a responsabilidade de dar educação. O nosso Município vai ter R\$ 710 milhões para investir em educação, isso é migalha, é troco, mas isso é o que o Município pode fazer, porque a grande concentração das receitas está lá em Brasília, no Planalto Central, no Congresso Nacional. E aí nós temos que pedir emendas parlamentares para esse dinheiro vir para cá. Isso nós temos que mudar, pois nós temos uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos um projeto para o nosso Município, prevendo investimentos na área de Educação, na área da Cultura, e até na Segurança. Constitucionalmente, quem é responsável pela Segurança pública é a União e os Estados, mas, hoje, o Município já tem que prever, Ver. Delegado Cleiton, investimentos em Segurança pública. Isso é uma obrigação da União e do Estado, mas a União joga isso para o Estado; e não é de agora, do Governo Dilma, nem do Governo

pág. 12

Lula, nem do Governo Fernando Henrique, isso vem sendo feito, construído, há muito tempo, onerando-os cada vez mais. Está provado que é muito mais fácil nos dirigirmos ao Paço Municipal e conseguirmos as coisas, Ver.^a Luiza Neves. É muito mais fácil sentarmos com o Prefeito Fortunati e melhorarmos as condições de um bairro, de uma escola, de um transporte coletivo, de acesso à Saúde, do que nós irmos a Brasília fazer manifestações e marcha silenciosa para um Governo surdo. Porque lá é muito grande, lá a gente fala para ninguém, lá a gente fala para um lugar que não consegue resolver o problema social deste País, não consegue resolver o problema do transporte digno para os trabalhadores, do acesso à Saúde aos trabalhadores. Mas consegue dizer que homossexualismo é uma doença. O Congresso Nacional não consegue votar o fim do fator previdenciário, nem a redução da jornada do trabalho, mas ontem o Congresso Nacional conseguiu votar que ser homossexual é doença. Eu acho que quem votou nessa matéria está enquadrado na NR nº 5. Claro que não é doença, Sr. Presidente, não é doença mesmo, e é doente mental quem votou nisso, quem propôs isso. Isso é uma opção. Quem propôs isso é um doente, quem propôs isso é que tem que ser encostado pela Previdência Social porque a sua mente está em estado deplorável. Nós temos muito mais coisas com que nos preocupar no País: nós tínhamos que ter votado um projeto no Congresso Nacional para tirar as isenções do transporte coletivo; nós tínhamos que ter votado ontem no Congresso Nacional a diminuição tributária. Porque no mundo inteiro o passageiro paga 33% do transporte coletivo, o Governo 33% e a empresa 33%; no Brasil, 80% do transporte coletivo é pago pelo passageiro! Isso é que o Congresso teria que ter votado ontem. Deveriam mandar mais recursos para o Município.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero rapidamente lhe cumprimentar pela sua postura, pela sua coragem e concordo plenamente com o que V. Exa. falou, por ter um foco, que é o que interessa ao povo brasileiro. Não há cura para o que não é doença. Isso temos que deixar bem claro. Isso é um retrocesso para a Nação brasileira. Creio que mandatos como o seu, como o nosso, como tantos outros têm que se posicionar como V. Exa. está fazendo. Eu, em nome da Bancada do PC do B, quero lhe cumprimentar.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigada, Ver.^a Jussara Cony. São esses absurdos que levam os nossos jovens às ruas das cidades, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Melchionna. O Congresso Nacional não se preocupa em resolver o problema da passagem, não se preocupa em resolver o problema da tributação, não se preocupa em resolver o problema da falta de escolas, não se preocupa em resolver a questão dos postos de saúde, que não funcionam, mas se preocupa em curar *gay*, se preocupa em resolver o problema de curar gordo; eu sou gordo, quero ser gordo e vou morrer gordo. Se a pessoa é *gay*, ela quer ser *gay*, ela vai ser *gay* a vida inteira! Que papo é esse de curar *gay*, que papo é esse de curar católico, que papo é esse de curar batuqueiro, que papo é esse de curar evangélico?! Nós vivemos em um País livre, de culto, credo e de opções sexuais livres! E de opções de postura! Eu quero ser gordo e vou ser gordo a minha vida inteira! Eu podia fazer dieta, regime, cirurgia, mas eu quero ser gordo! Aí vai um louco lá e faz uma lei dizendo que gordo está proibido de ser Vereador, está proibido de falar. Ele é quem tem que ser internado!

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu registro a importância do seu pronunciamento, Ver. Cláudio Janta, porque me parece que, no dia de ontem, o Brasil passou muita vergonha com essa posição da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados. Para todos nós, homens e mulheres que amam... Inclusive, a imagem do Brasil, e não só o País, ontem, foi motivo de muita vergonha. O pronunciamento de V. Exa., na minha opinião, é o pronunciamento da maioria da Casa. Parabéns.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Então, eu queria dizer que nós temos um Plano Plurianual e nós temos muitos desafios. O principal deles é um novo pacto federativo, em que a União não seja o padasto, não seja o carrasco dos Municípios, do povo e da população de Porto Alegre. Com força e fé, vamos avançar na luta dos trabalhadores brasileiros.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero dar um relato da nossa ausência do plenário nesse momento para atender os servidores. Quero fazer um agradecimento muito

especial, quando se discute a LDO, à Comissão de Finanças, ao seu Coordenador, a quem coordenou junto com o Presidente, no caso, o Ver. Valter Nagelstein, e a quem coordenou junto com a nossa Diretoria de Patrimônio e Finanças, que foi o Ver. Nedel, que, pela primeira vez, talvez de uma forma inédita, tenha conseguido - está dentro do Plano Plurianual - o Plano Plurianual da Câmara, que vai dar condições aos próximos presidentes que me sucederem a terem um orçamento mais plausível para os investimentos necessários nesta Casa Legislativa e na democracia porto-alegrense.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, eu agora acho que é de extrema importância V. Exa. fazer uma reunião com os Partidos que irão lhe suceder na Presidência para que a gente faça realmente um Plano Plurianual da Câmara em quatro anos. Eu sei que essa é a sua ideia, mas estou só lembrando da importância dessa definição do planejamento para os próximos quatro anos da nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Faremos isso, Ver. Nedel. Agradeço.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Presidente, apenas quero saudar a iniciativa do Ver. Nedel e também de V. Exa. na condução dos trabalhos desta Casa. Afinal, quando V. Exa. assumiu a Presidência, em uma das primeiras reuniões da qual participamos foi falado sobre o Plano ou Planejamento Estratégico para os quatro anos de Legislatura da Câmara Municipal. De forma, Presidente, que eu quero saudar a iniciativa, afinal o PTB está incluído neste projeto, e, com certeza, o Planejamento Estratégico fará com que nós possamos atingir as metas e também trabalhar os indicadores de forma a atingir resultados efetivos no Legislativo Municipal. Portanto, a minha fala é no sentido de parabenizar V. Exa. pela preocupação voltada ao Plano Plurianual ou ao Planejamento Estratégico da nossa Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito. Quero agradecer, então, de público, a todos os Vereadores, principalmente a todas as Lideranças, que, irmanadas, puderam ter essa conquista, juntamente com todos os 13 Partidos que compõem a Casa: Democratas,

PPS, PSD, PSB, PT, PDT, PTB, PMDB, PP, PCdoB, PSOL, PSDB; enfim, todos os Partidos que compõem esta Casa Legislativa e que participaram desse processo conjunto, dessa construção conjunta.

Quero dizer - aí, dirigindo-me aos funcionários da Casa - que o que é possível, e já foi acordado para este ano, e para isso peço a sensibilidade, pois já acho que é uma grande conquista, é avançarmos em 1,51% em relação à inflação. Ou seja, dar a inflação de 6,49% e mais 1,51%, dando um aumento, um reajuste real, na ordem de 8%. Outra situação possível dentro deste ano legislativo foi a possibilidade de atingirmos - é o que vamos fazer - os 100% da GIT, uma demanda, como lembra o Ver. Cecchim, antiga nesta Casa, desde que começou a ser dada a Gratificação por Incentivo Técnico. Sem dúvida nenhuma, já chamamos quatro concursados e pretendemos completar o quadro de concursados, previsto no Edital, até o final deste ano. Acho que, com tudo isso, esta Casa, comprometida com a democracia, tem mais possibilidade de efetivamente fazer as mediações necessárias, fazer a fiscalização necessária do Executivo e, sem dúvida nenhuma, a partir de projetos, poder pensar a Cidade. Muito obrigado.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores e imprensa que nos assiste, o Plano Plurianual que estamos aqui discutindo, na verdade, são as diretrizes para os próximos quatro anos, ou seja, os três últimos anos deste Governo e o primeiro ano do próximo Governo, que ainda não saberemos quem será. Mas, então, o Plano Plurianual tem de pensar as estratégias de desenvolvimento da Cidade. Nós estivemos analisando o Plano Plurianual, estudando-o, e verificamos aqui que nós precisamos debater bem alguns temas, sugerir que esses temas possam ser qualificados.

Na proposta apresentada pelo Prefeito, este Plano Plurianual é constituído de um conjunto de diretrizes estratégicas, e são essas diretrizes que têm que apontar para o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. E é óbvio que nós não podemos aprovar uma nova LDO e um PPL, sem analisarmos também tudo aquilo que foi dito que seria realizado nesses quatro anos que estamos findando hoje.

E aí, eu começo, nestes oito minutos - associando minha fala aos clamores populares que estão nas ruas -, a dizer que o primeiro item em discussão é a questão do transporte público. Aqui no Plano Plurianual não está sendo dito de que maneira vamos resgatar a Companhia Carris, que é a empresa pública do transporte municipal - empresa que já ganhou muitos prêmios nacionais, que já foi superavitária, no ano passado, e que, quando da prestação de contas que veio para a Casa, verificou-se que deu um prejuízo de R\$ 22 milhões. Esse prejuízo, no nosso ponto de vista, é por uma postura de má gestão da Carris, de não investir na Carris, no sentido de que ela tem que avançar a sua parte sobre o transporte público municipal. Portanto, aqui no Plano Plurianual, estamos defendendo que a Carris aumente a sua parcela gradativamente sobre o transporte público de Porto Alegre.

Há poucos dias, Ver. Cleiton, nós recebemos na nossa Comissão, a CUTHAB, todo o pessoal da Região Sul da Cidade, que defende a criação da Linha T12, da Linha T13, da Linha T14, que são as transversais. Porque a última linha transversal criada foi a T11, que liga a comunidade da Serraria ao Aeroporto. Pois, então, essa linha é a que transporta o maior número de passageiros por dia em Porto Alegre: são 22 mil passageiros, por dia, nesta linha da Carris. Isso é prestação de serviço público em cima do que a sociedade está clamando neste momento.

Mas, aqui, o Plano Plurianual não aponta com clareza que nós precisamos expandir a Carris no comando do transporte público do Município de Porto Alegre.

Então, este é um ponto importante, é um ponto interessante, é um ponto que nós não podemos abrir mão, neste momento, no sentido de redirecionar a intervenção, a gestão do transporte público.

Falando em transporte público, também, Ver.^a Cony, Ver. Pujol, quem é que faz a gestão hoje do TRI na cidade de Porto Alegre? Não é o Poder Público municipal. Foi concebido assim, e está equivocado. Quem faz a gestão do TRI são as empresas, e a compra é antecipada. Se a compra da passagem é antecipada, há aqueles que não gastam as passagens durante o mês, e, obviamente, esse dinheiro está sendo aplicado. E o resultado da aplicação não vem para os cofres públicos para subsidiar o transporte público. Fica na iniciativa privada. Quero dizer que entendo que temos que ter parceria, sim, com a iniciativa privada, mas no caso do transporte público o Município de Porto Alegre tem que gerir esse fundo, tem que fazer com que esse recurso seja revertido para

melhorar a qualidade do transporte público. Portanto, nós temos que especificar isso aqui no Plano Plurianual como uma diretriz estratégica. A nossa Bancada está debatendo e analisando isso. Certamente, faremos, aqui, uma emenda, no sentido de que a Carris seja qualificada como a indutora do transporte público de Porto Alegre.

Além disso, no nosso entendimento, Ver. Bernardino Vendruscolo, é inconcebível que a Região Metropolitana tenha cinco sistemas de bilhetagem eletrônica. Se alguém de Novo Hamburgo quer vir ao Centro de Porto Alegre, tem que pagar cinco vezes, se não vier de trem, mas de ônibus, por exemplo. E esses cinco sistemas de bilhetagem eletrônica não são integrados ao Trensurb. Olha, como é que pode uma Cidade que é metrópole, que é Capital, que comanda uma Região Metropolitana, não ter um avanço na questão da bilhetagem eletrônica? Esse sistema tem que ser único, universal, que se comunique, que dialogue, para que alguém possa pegar um ônibus na Restinga e ir até Canoas, por exemplo. Isso não existe, hoje, dentro do sistema metropolitano de transporte público. Portanto, esta é outra diretriz que defendemos e que tem que estar aqui no Plano Plurianual: o Município de Porto Alegre tem que estar integrado ao transporte público da Região Metropolitana; não só com a Trensurb, mas com as demais empresas que fazem essa gestão. E, aí, tem que ter uma disposição do Município para que se busque essa integração da Região Metropolitana com o sistema de transporte público. E é óbvio que tem que estar sob a gestão pública, sob a gestão do Município de Porto Alegre. E, quando falo em estar sob a gestão, Ver. Reginaldo Pujol, é diferente de privatizar o sistema. Nós temos que constituir um sistema sólido, um sistema forte, um sistema que dê qualidade e que seja pontual. E como é o que Prefeito que manda, é óbvio que tem que haver a inovação tecnológica, e não só nos BRTs!

E eu defendo, aqui, um outro princípio, cujo estudo já foi apresentado através da nossa Frente Parlamentar pela reforma urbana, que é levar para outras áreas da Cidade - além do metrô, que está para ser instalado do Centro em direção à Região Norte -, pois também temos que pensar a Região Sul de Porto Alegre, o aeromóvel para lá. Isso tem que ser uma diretriz do Plano Plurianual, porque os estudos estão feitos. E esses estudos apontam que ali do Zaffari da Cavahada até o Centro da Cidade nós temos 60 mil passageiros/dia, e com isso é possível implementar um veículo leve sobre os trilhos. E qual é o veículo leve sobre trilhos que está em evidência, cuja tecnologia é nossa, que já está sendo implantado, e que agora em julho será inaugurado? É o aeromóvel, que será

inaugurado no trecho do aeroporto. E essa tecnologia pode substituir, sim, os ônibus, o que é ecologicamente correto, terá um custo menor e não polui...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ... Para concluir, digo aqui que o aeromóvel não competirá com os automóveis, e, aí, assim como temos o sistema, hoje, de uma parceria do Município com os ônibus, poderemos ter numa nova modelagem. Essa é uma iniciativa que tem que estar no Plano Plurianual para debatermos, discutirmos e analisarmos. Já que conquistamos o metrô, Ver. Ferronato, pelo avanço do nosso trabalho aqui, que não é um trabalho de uma pessoa só, mas é um trabalho do coletivo -, nós devemos apontar, e a Cidade exige isso, Ver. Janta, neste momento, um sistema público de transporte inovador. Portanto, estamos apresentando a sugestão aqui, sim, de que os veículos leves sobre trilhos, neste caso, o aeromóvel para a Zona Sul, esteja incluído no Plano Plurianual como uma alternativa econômica, como uma alternativa social, como uma alternativa ambiental para a qualificação do sistema público de transporte de passageiros. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Amigo, Presidente, Janta; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acompanhando a manifestação do Ver. Comassetto, eu que moro na Região Leste de Porto Alegre acredito, sim, na possibilidade dessas intervenções do metrô da Zona Norte ao Centro, culminando num transporte para a Zona Sul. E uma das propostas que temos - não precisa estar no Plano, mas está sendo discutida com força - é a duplicação - e o Ver. Comassetto sabe disso - da Av. Protásio Alves, mais a extensão do BRT, sobre a qual, ontem, falava o Ver. Mauro. A abertura e a duplicação da avenida até Alvorada, Viamão trará uma significativa melhora nas nossas vias de transporte nessas áreas, na mobilidade.

Mas estou aqui na tribuna, hoje, para fazer um registro: em 1989, aqui na Câmara, eu, o Ver. Pujol e o Ver. Mario acompanhamos a apresentação de uma maquete sobre a revitalização do Cais Mauá. Isso foi em 1989. Agora, nesta semana, acompanhamos a assinatura do Prefeito Municipal e do Governador do Estado no que se refere ao início das obras da revitalização do Cais Mauá; quero registrar que, em 2009, fui lá com os colegas Vereadores e com o Relator do tema Cais Mauá e do Centro Histórico da cidade de Porto Alegre. Por isso acho que é importante fazer esse registro, dizendo que Porto Alegre, agora, caminha nessa direção, e, definitivamente, sai do papel uma proposta que tem, aproximadamente, 23 ou 24 anos. É uma conquista para Porto Alegre, mas certamente é uma conquista, também, para o Estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, quando tratávamos da questão do Cais Mauá, em 2009 - e isso o Prefeito falou, agora, nesta semana, confirmando -, uma das ideias que se apresentou foi a constituição de um espaço para a juventude no Cais Mauá - e essa emenda que apresentamos foi aprovada, Ver. Mônica. E o que se pensou, naquela oportunidade, quando se apresentou aquela emenda? Que a juventude precisa de uma referência, de um espaço, e nada melhor do que um espaço no coração da cidade de Porto Alegre, no Centro da Cidade, ou seja, nada melhor de ter seu espaço na área revitalizada do Cais Mauá. Então acho que também é o momento de fazer o registro da importância desta obra, da importância para o turismo, para a Cidade e, essencialmente, para o cidadão e a cidadã de Porto Alegre, que passam a ter melhor, maior e belo acesso ao Guaíba. E também, nesse particular, a importância de que a juventude, Ver.^a Fernanda, tenha um espaço que seja seu dentro do Cais Mauá. Por isso quero fazer este registro e dizer que Porto Alegre está de parabéns. É uma discussão de mais de 20 anos, Ver. Reginaldo Pujol - sei da luta de V. Exa. também e de todos os Vereadores que estavam conosco lá em 1989. E nós sabíamos das discussões que se travavam, nas quais sempre diziam: "Tem que ter acerto entre a União, Estado e Município". Na verdade, esse entendimento aconteceu, e Porto Alegre terá, sim, um espaço na cidade de Porto Alegre, no Centro, que trará o cidadão de Porto Alegre para o Guaíba. Então, além de todas as outras questões que ali vão acontecer, eu acredito que é um espaço que também será do cidadão e da cidadã de Porto Alegre. Porque, ao contrário de muitos outros portos revitalizados no mundo inteiro, em Porto Alegre nós teremos áreas da ação privada e áreas da ação pública, também. Isso é

importante para toda a cidade de Porto Alegre e, repito, para o Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu fiquei um pouquinho intrigado, Ver. Elizandro Sabino, ontem, com a declaração da Presidente Dilma, durante à tarde, numa solenidade, reconhecendo e dizendo que estava ouvindo as vozes da rua. Ela ouviu e, no meu ponto de vista, interpretou corretamente, dizendo que ela via um clamor, nas ruas, pelo custo da passagem do ônibus - é verdade, está cara -, mas que também via uma indignação por parte daquelas pessoas no tocante à corrupção, reconhecendo que a corrupção no Brasil é enorme, reconhecendo que aquelas pessoas não aguentavam mais a corrupção, não aguentavam mais os desvios de dinheiro público, enfim. Ela fez um apanhado geral, interpretou a voz das ruas, só que, em seguida, ela foi obrigada a pegar o avião e ir para São Paulo. Não estava programada essa viagem da Presidente Dilma para São Paulo, mas ela foi obrigada pelo Lula, pelo João Santana, que é um marqueteiro dessa turma, e pelo Prefeito de São Paulo, que levou um “xixi”, junto com a Presidente Dilma, do Lula, da sua turma e do Presidente do PT. E eu fiquei imaginando o diálogo - e agora é por minha conta: “Presidente, ou Dilma, ou companheira Dilma, a senhora não podia ter reconhecido esta nossa fraqueza. A senhora não podia ter reconhecido que há corrupção, que há desvio de dinheiro público, que há impunidade dos mensaleiros, que há falta de leito nos hospitais, que há falta de segurança no Brasil todo, esta pouca vergonha que acontece no Brasil!” Ou então: “Tudo bem, companheira Dilma, você podia reconhecer, mas não falar”. Acho que foi mais ou menos isso que aconteceu, a portas fechadas, lá no Hotel Sheraton, pertinho do Aeroporto. Ou seja, reprimiram a Presidente, imagino eu. Só estou imaginando, conjeturando. Porque ela falou uma coisa, durante à tarde, daquilo que ela viu, daquilo que ela interpretou e que os seus assessores a ajudaram a interpretar, mas ela teve que ouvir um “para-te quieto” do Lula, do João Santana, e do Mercadante, que estava junto. E o Prefeito de São Paulo também levou um “xixi” deles. Enfim, algo muito

sério aconteceu para a Presidente sair de Brasília, sem ter reunião marcada, e ser obrigada a encontrar o Lula lá perto do Aeroporto. Não foi de graça, Ver.^a Fernanda! Estão tentando calar a própria Presidente, porque isso, certamente, está atingindo a todos os malfeitos - como a Presidente gosta de dizer - que ela própria reconheceu! As pessoas, a juventude, os velhos, todos que estão nas ruas estão dizendo: “Não dá mais para aguentar”. E essas pessoas não querem pegar em armas, até porque eles têm argumentos e não precisam de armas. O Governo, nesses últimos dez anos, deixou tantos argumentos para essas pessoas irem até a rua reclamar, que essa voz da rua é muito forte. Não adiantou o Lula enfiar um monte de dinheiro nos sindicatos, nas centrais, nos sem-terra. Os sem-terra parecem até que são latifundiários, não falam mais nada. Os empresários também - e eu já falei sobre isso aqui -, como o Sr. Eike Batista, que é o dono dessa coisa toda, dos empréstimos do BNDES. Então, essas passeatas, principalmente as passeatas pacíficas, estão dizendo isto: “Nós não aguentamos mais um desgoverno desses, o povo não aguenta mais, nós fomos enganados por muito tempo, e agora basta!”

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta; Vereadores que estão no plenário da Câmara, público que nos assiste por meio da TVCâmara, eu utilizo esta tribuna, hoje, para fazer um relato da minha manhã: eu estive no Programa Polêmica, da Rádio Gaúcha, que tratou dos protestos espalhados pelo Brasil, nas maiores Capitais, motivados, inicialmente, por reduções no valor das passagens de ônibus; Porto Alegre foi pioneira nesse assunto, mas nós sabemos que esse foi apenas o estopim. Dentro da minha fala, eu mencionei alguns pontos relativos à nossa passagem, e que temos que prestar atenção ao fator do direito ao passe livre que Porto Alegre aplica. Tem-se alguns casos de isenção, como a passagem estudantil, a segunda passagem, a passagem para idosos, brigadianos fardados, e os cerca de dez passes livres anuais, somente para ilustrar a parcela que é usuária de ônibus. Cada um tem o seu direito estabelecido, e eu teria também outras categorias para citar. Terminado o Programa, eu recebi uma ligação

pág. 22

da minha assessoria, que recebeu um telefonema do Presidente da Associação dos Cabos e Soldados, Leonel Lucas, passando a informação de que recebeu queixa de alguns brigadianos porque eu os citei. A minha maneira de política passa pela forma como eu vivo o meu cotidiano, de cidadã comum, mãe, filha e irmã, porque eu, na política, sou muito clara, comigo é preto no branco, eu não enrolo ninguém, eu sigo as minhas convicções. Independentemente de agradar qualquer pessoa, a minha consciência é o meu guia. Eu fiz essa introdução para dizer que eu utilizo esta tribuna hoje para manifestar a minha inconformidade com essa ligação que eu recebi, porque ela é injusta! Isso me cheira a um movimento, ao início de uma tentativa de me deixar mal diante de uma categoria que eu defendi a minha vida inteira, qual seja, a de Segurança pública, que contempla Brigada Militar e Polícia Civil! E não vou aceitar, de forma alguma, nenhuma tentativa de mudar o que falei no Programa, sob pena de divulgar o áudio da rádio em que também estava presente o Ver. Pedro Ruas, que pode confirmar o que estou dizendo nesta tribuna - e que acaba de confirmar. Em momento algum, utilizei como exemplo a Brigada Militar, que tem essa gratuidade nas passagens, para mostrar o aumento. Não, de forma alguma; eu apenas citei várias categorias como forma de dizer que Porto Alegre é, inclusive, pioneira no que diz respeito à idade de 60 anos, o que só ocorre nesta Cidade. Então, eu gostaria de esclarecer à categoria da Brigada Militar de Porto Alegre que mencionei o nome da Corporação listando exemplos de isenções, e, em nenhum momento, coloquei a Brigada Militar como fator predominante na questão matemática do aumento dessa tarifa. Minha luta sempre esteve voltada à questão da segurança e pela valorização da categoria. E tenho absoluta certeza de que aqueles que me conhecem, que acompanham a minha caminhada política, sabem do que estou falando! Portanto, eu não aceito, de forma alguma, nenhuma tentativa de colocarem palavras na minha boca e de mudar o que falei! O áudio do programa está lá para todos assistirem - quem me conhece sabe.

Também falei no Programa e gostaria de registrar aqui que a Prefeitura de Porto Alegre, ao encaminhar esse Projeto de diminuição do valor das passagens de ônibus a esta Casa, abre mão de R\$ 15 milhões por ano, porque deixa de arrecadar. Isso foi falado no Programa, nós debatemos isso; foi um Programa extremamente produtivo.

Aliás, eu aproveito a oportunidade para registrar, mais uma vez, nesta tribuna, que o meu trabalho como política, como Vereadora na minha Cidade, sobrepõe siglas partidárias e é

pelo bem comum. Não é pelo fato de a oposição fazer uma determinada manifestação a um projeto que eu serei contra; se estiver do lado do povo, se for para o bem comum, sempre terão o meu apoio. Portanto, utilizo esta tribuna para, mais uma vez, dizer o que eu disse no Programa: a Prefeitura de Porto Alegre encaminhou um Projeto, através da sensibilidade do Prefeito, de redução das passagens, abrindo mão, portanto, de R\$ 15 milhões por ano! E foi nesse momento que eu citei as categorias que tinham essa isenção em Porto Alegre. Então, eu queria usar a tribuna para esclarecer isso e dizer à Brigada Militar que a minha caminhada é limpa, clara. Eu não uso, de forma alguma, nenhuma manifestação que possa ficar mal-entendida.

Eu também queria fazer um outro registro. Quando as pessoas me perguntaram o que eu penso dos movimentos que acontecem pelo mundo inteiro, eu creio que é possível chamar a atenção e atingir objetivos com palavras, com mobilizações, com marchas organizadas, com faixas, com cartazes, caras pintadas, de todas as formas respeitadoras, pacíficas; mas agressão, violência, depredação mancham qualquer tentativa destinada à busca de melhorias para o bem comum. E, há pouco, sentada na minha cadeira de Vereadora, eu entrei na Internet e vi que, neste momento, está sendo divulgado, através das redes sociais, que, das 44 pessoas detidas nesse último movimento, 15 pessoas tinham antecedentes criminais por brigas, posse de drogas, lesão corporal, furto de veículos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a singular circunstância de vir à tribuna após a mesma ter sido ocupada pela Ver.^a Mônica Leal me é sobremaneira gratificante, porque eu reconheço nela uma linha de coerência muito forte, e, seguramente, o seu pai deve estar muito orgulhoso da sua atuação aqui nesta Casa. Agora, eu quero tranquilizá-la em um detalhe: ninguém vai intrigá-la com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, porque desde ontem esse assunto não existe mais, Vereadora. Quem declarou, peremptoriamente - expressão que ele gosta de usar -, foi o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, que assumiu a responsabilidade de

determinar à nossa gloriosa Brigada Militar do Rio Grande do Sul para que não aja, a não ser quando ocorrer circunstância em que as pessoas sejam vitimadas pela agressão. Quer dizer, o Governador tranquiliza todos os agressores: podem quebrar o que quiserem; se não quebrarem nada, nem matarem as pessoas, está tudo bem, podem continuar! Podem desmanchar a banca de revista ali da esquina da Av. Salgado Filho; podem, um pouco mais abaixo, na Av. Borges, quebrar as vitrines e saquear o instituto de beleza, que nada tem a ver com esse processo. Podem! Podem, porque o Governador assim determinou. Eu não estou inventando nada! Ele convocou entrevista coletiva e afirmou, categoricamente, essas posições. Salvo se existir ferimento às pessoas físicas, a Brigada tem que, simplesmente, ficar à espreita, olhando; tudo o mais pode acontecer. Por isso, não há mais como nós termos outro tipo de entendimento, se não o de que, no Rio Grande do Sul, o Governador do Estado é cúmplice da anarquia, o Governo do Estado é cúmplice de todos esses desatinos que ocorreram. Não dá mais para justificar pura e simplesmente que é a ação de uma minoria, porque é uma minoria, autorizada pelo Governador do Estado, a proceder da forma como vem procedendo.

Por isso, meu querido Ver. Janta - V. Exa. é um autêntico líder popular -, peço que me acompanhe no raciocínio: agora mesmo foi aqui enfatizado que R\$ 15 milhões é o valor que representa a isenção que a Prefeitura Municipal dará às passagens. E aí todo mundo dizia que eram R\$ 15 milhões que iam para o bolso dos permissionários do serviço público. Não, são R\$ 15 milhões que o povo pagava e que deixa de pagar agora! Porque este peso da carga tributária nunca cai sobre empresário, V. Exa. sabe disso; o empresário cobra do consumidor final e repassa para o Governo, que fiscaliza muito bem essa situação.

Então, Ver. Janta, com a autoridade moral que V. Exa. tem por ter uma linha muito coerente aqui nesta Casa, eu quero aproveitar o instante em que V. Exa. preside os trabalhos para dizer o seguinte: nós, em momento algum, vamos querer que as pessoas não tenham o direito de manifestação, esse direito é sagrado, agora, tem que valer para todo mundo. A gente não pode ir a Brasília e sufocar um Deputado que, por ser evangélico, toma uma posição contrária a determinadas atitudes, e não querer que ele fale. Não, todos têm direito de pensar e agir sem molestar fisicamente, moralmente, de qualquer forma, pessoas que estão circunvizinhas.

Eu quero, Ver.^a Mônica, que me assiste atenciosamente - o que me muito me gratifica -, perguntar ao Governador se ele acha que retirar 50 pessoas de dentro de um ônibus, 50 trabalhadores que se deslocavam do seu trabalho para casa, jogá-las no meio da rua e incendiar o ônibus não é molestar as pessoas. Para molestar as pessoas tem que matá-las, feri-las com sangue?! Não! A população trabalhadora de Porto Alegre está sendo molestada, porque não consegue transitar, porque tem os ônibus queimados, porque o lixo está sendo comprometido, porque a maioria dos equipamentos encontrados pelos manifestantes são sistematicamente virados e queimados. Está estampado em todos os jornais!

Então, convenhamos, estão querendo motivo para justificar toda esta história. Não é preciso. A classe política toda está desgastada, sim, senhor. Está desgastada porque as pessoas se elegem para os governos e, depois, no governo, cumprem uma atividade completamente diferente daquela que falam quando na oposição. Ainda hoje, aqui, o Vereador Líder do PT falava que nós tínhamos que investir na Carris. O PT, por 16 anos, esteve na Prefeitura, quebrou o sistema de transporte, viu-o recuperado, inclusive, pela ação dos concessionários, e agora, depois que ficou 16 anos, vem aqui, alguns anos depois, dizer que temos que investir na Carris. Por que não investiram antes? Porque o Prefeito João Verle era sábio o suficiente para saber que a Carris tem que ser utilizada como uma empresa espelho, de tal sorte que possa comparar o seu serviço com as outras para as quais a concessão do serviço público existe.

Então, Sr. Presidente, com a autoridade de quem, desta tribuna, há um mês, sustentou que o Governo tinha que isentar de tributos a passagem de ônibus em Porto Alegre, quero, nesta hora, afirmar, de forma muito positiva e muito categórica, que o Governador - que declara que está tudo bem, desde que não sejam mortas as pessoas, desde que elas não sejam ensanguentadas - não pode faltar com a sua Presidente Dilma e nem com o Prefeito Fortunati, tem que dar o seu quinhão de contribuição e tem que, imediatamente, providenciar a isenção de tributos do óleo *diesel*, que é um dos fatores de encarecimento da tarifa de ônibus de Porto Alegre. E não digam que isso vai favorecer os empresários! Não! Sempre quem paga é o povo. E, quando há uma redução de carga tributária, o beneficiado é, em última análise, esse angustiado povo tão vilipendiado, tão judiado, submetido a essa onerosa carga de tributos que lhe impede inclusive de aproveitar o rendimento de cinco meses do seu trabalho durante o ano.

Clamo, tranquilamente, ao Governador que garante a anarquia: queremos garantir o direito do povo de entrar no ônibus, de ser conduzido, de ser levado para casa sem ser molestado, de um vendedor de jornal poder vender seus jornais e revistas, de a dona do salão de beleza, Ver.^a Lourdes, poder atender a sua freguesia, não ter os vidros da sua casa estilhaçados, não ser, em última análise, impedida de ser produtiva dentro de uma Cidade onde todos têm a responsabilidade de produzir a sua parte. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero dar meus parabéns ao nosso querido Ver. Reginaldo Pujol, o qual chamo carinhosamente de “dino”, pelo seu discurso, um discurso de verdadeiro defensor da ordem pública e por andar nas direções certas.

Eu venho a esta tribuna, Ver. Cláudio Janta, sempre agradecendo ao meu Líder, Ver. Cassio Trogildo, ao Ver. Elizandro Sabino, e ao Ver. Paulo Brum. Então, vou ocupar o tempo de Liderança. Ver. Mario Fraga, sei do bom trabalho que a Brigada Militar fez nessa manifestação que começou como ordeira e, dali a pouco, se transformou numa verdadeira batalha. A Brigada Militar tem conduzido seu trabalho muito bem, e quero dar os parabéns a ela por terem repreendido a desordem. Acho que a ordem pública tem que andar corretamente, Ver. Mônica Leal.

Mas, quando penso e volto lá atrás, tenho saudades do Cel. Mendes, tenho muita saudades dele, pois o Coronel Mendes era o Comandante da Corporação da Brigada Militar no Rio Grande do Sul e atuava junto, Ver. Delegado Cleiton, estava junto na luta, ia para a rua. Eu costumava dizer que ele era um Comandante de trabalho, não de gabinete; ele não ficava no gabinete, trabalhava junto. Tenho saudades dele pelo seu bom trabalho. E eu costumava dizer que, quando ele fazia aquelas barreiras, eu achava muito importante a estratégia das barreiras que ele fazia. Ele tinha aquele dizer de que o crime anda sobre rodas. Por isso que ele fazia as barreiras.

Estava comentando com o Ver. Delegado Cleiton que, realmente, a baderna foi grande, muito grande. Não pode uma manifestação, um ato em que as pessoas reivindicam virar baderna, só porque tem um cidadão que se infiltra no meio da manifestação, aquele cidadão que já está com o seu espírito determinado, para pegar e fazer as coisas erradas. Eles entram juntos - isso acontece em torcida de futebol, acontece em várias torcidas, a gente sabe, sempre tem o mau elemento que entra junto -, aí aquele cidadão que está no seu protesto normal, fazendo a sua manifestação sem problema nenhum, acaba pagando um preço que não deveria. Na hora do corre-corre, cada um corre para um lado, e, quando se vê, a pessoa entra de graça na briga.

Quero aconselhar a Ver.^a Sofia Cavedon, que participa dessas manifestações, pois fico preocupado com a Vereadora, porque, daqui a pouco, vão dizer que ela estava lá fazendo quebra-quebra. O cidadão pode participar, nenhum de nós está proibido de participar, eu acho que é válido, é uma conquista, e as pessoas têm que reivindicar quando acham que estão sendo prejudicadas, mas sem quebrar o comércio, sem quebrar o empresário, porque o empresário não tem culpa nisso, o empresário ajuda a contribuir com a Cidade, com o Rio Grande, o Brasil, enfim, dá emprego. Se não é o empresário, não tem cidade. Às vezes, o empresário é tratado como um criminoso, mas só estando do outro lado para ver o que custa ter uma pequena, ou uma média empresa. O empresário, aquele cidadão que teve aquela concessionária quebrada, danificada, é que paga o preço. Quem vai pagar por isso? Quem vai pagar esse prejuízo? Somos nós mesmos.

Ver. Alberto Kopittke, gosto muito do senhor, acho que o senhor é um Vereador que tem uma experiência fundamental na área de Segurança, o senhor implantou aquele sistema lá em Canoas, que é bom, e o senhor sabe também que nenhum de nós pode ser conivente com um cidadão que vai e quebra uma vidraça, que danifica o patrimônio público. Não precisa fazer isso para se manifestar! Pode fazer cartazes, pode fazer tudo que tem direito, menos brigas, danificações, enfim. Acho que o protesto é válido, Ver. Janta; o senhor, que vem do movimento sindical, que defende o trabalhador, sabe que o protesto vale a pena, mas sem essa baderna que aconteceu na Cidade. Esperamos que, amanhã, quinta-feira, aconteça uma manifestação ordeira, com segurança, e que a Brigada estabeleça o bem-estar na Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, boa-tarde. Agradeço ao Líder Comassetto, que falará posteriormente e vai detalhar alguns temas importantes sobre o transporte público que nós temos discutido.

Eu ouvi atentamente as falas dos colegas Ver. Pujol e Ver. Brasinha. É um momento muito especial da história do nosso País. Nós estamos vivendo a maior efervescência social desde as Diretas Já, mas de uma forma totalmente nova. São movimentos de jovens que não são coordenados por Partidos políticos nem por centrais sindicais. São os ventos do novo tempo mundial. É importante lembrar que esses movimentos vêm acontecendo desde 2007, em Paris; assim como em Londres e em todas as cidades europeias; nos Estados Unidos, com a ocupação de Wall Street por milhares de jovens, além da Primavera dos estados islâmicos no Oriente.

E, neste momento, Ver. Pujol, nós temos que ter tranquilidade e calma para lidar com a democracia. E o senhor pode ter certeza que, por parte do Governador, não faltará atenção à manutenção da ordem, porém, em primeiro lugar, sempre garantindo o direito de manifestação, seja pelo que for, seja contra o que for. Hoje, o Brasil tolera que os jovens possam ir para a rua. Infelizmente, excessos como os que ocorrem nos jogos de futebol ou em qualquer ajuntamento de massas entristecem e causam repúdio a todos nós. Mas, mais do que a nós, que estamos dentro do Parlamento, eu tenho certeza que essas manifestações de violência causam tristeza nos milhares de jovens que estão nas ruas de forma pacífica. Eles choram por ver essa minoria de vândalos nas ruas, que mancham, ou tentam manchar o seu movimento, porque eles sabem que estão nas ruas de cara limpa, pela paz, e, acima de tudo, por uma democracia mais ativa e por um País, inclusive, com menos violência. Eu tenho certeza de que o Governador vai ter toda a tranquilidade, como está tendo; aliás, somos um exemplo, porque nós não estamos fazendo aqui o que foi feito em São Paulo, que, num primeiro momento, se “desceu o cacete” nos movimentos, com toda a truculência da PM, e, depois, tirou a polícia das ruas, porque não sabia o que fazer. Aqui, não, aqui a Brigada, desde os primeiros movimentos, está atenta, assim como a Polícia Civil, acompanhando e buscando manter – com a complexidade que este momento exige -, a tranquilidade, porque não voltarão aqui os

pág. 29

quartéis a ditar as ordens e dizer o que é ordem democrática deste País. A ordem é construída por cidadãos livres agora, e não mais pelo silêncio que os quartéis construíram, neste País, durante mais de 20 anos. E é nesse sentido que eu trago aqui uma resolução já de nível nacional do PT de que nós temos que convocar uma nova Assembleia Nacional Constituinte, com fins específicos para reformular o sistema político deste País, para reconstruir, de forma completa, o ordenamento do sistema político do nosso País. Ou seja, reformular, de forma completa, e, na nossa opinião, diminuir, se não extinguir a influência financeira no processo de escolha dos nossos representantes. Não dá mais para aqueles que arrecadam recursos terem condições de estarem aqui, diferente daqueles que não têm recurso. Da mesma forma nós queremos que a metade dos representantes de todos os Parlamentos do País sejam formados por mulheres, de forma paritária, como é a nossa sociedade. Queremos Partidos ideologicamente mais fortes e claros, mas também queremos que esses novos movimentos possam apresentar as suas candidaturas de forma livre e inovadora, como os novos tempos exigem. Ou nós realmente levamos adiante um programa de reforma, ou seremos todos deslegitimados nas ruas. Aqueles que efetivamente sempre estiveram na luta contra a ditadura, na luta contra o neoliberalismo, na luta pela construção da democracia e pelos avanços sociais dos Governos Lula e Dilma estão felizes com este momento da história do País, e nós queremos que ele traga energia para nós darmos saltos contra privilégios, contra as memórias da ditadura que ainda estão nas ruas, sim. Nós temos que transformar a cultura do nosso País com essa energia que esses milhões de jovens estão nos dando. Um novo sistema político é preciso nascer neste momento, custe a quem custar. E vamos deixar as novas lideranças emergirem, porque hoje nós temos um novo País, com milhares de jovens que, até então, não tinham o direito de ingressar na universidade. Nós vivíamos em um País onde apenas um 1/3 tinha direitos, como já disse o ex-Presidente Fernando Henrique. Agora não. E aqui é diferente do que acontece na Europa, pois os jovens que estão nas ruas estão nas universidades ou estão empregados e têm perspectiva de futuro, e cabe a nós, caro Janta, que preside a nossa Sessão, não deixar que aproveitadores, como a revista Veja, deboche desses jovens, sejam contrários à voz das ruas, se aproveitem, se utilizem desses jovens para impor um programa de retrocesso no País. Nós queremos que essa energia impulse o País para um novo momento e que abra o sistema político para todos os cidadãos brasileiros poderem exercer o seu direito à

voz e o seu direito a construir uma Nação ainda muito mais justa, como realmente nós precisamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, a nossa sugestão era de uma fala inversa. Eu, como Líder do PT, e em nome da oposição, registro que trago um documento, aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores. No momento em que nos inscrevemos, aí, foi junto, e ocasionamos uma confusão para o senhor.

Eu venho aqui em nome da minha Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, tratar do tema que está levando todos nós à reflexão. Quando existe uma massa tão grande nas ruas, exigindo que as estruturas públicas, Executivo e Legislativo, repensem suas posições e que construamos políticas que resolvam o problema da vida das pessoas, o tema do transporte público é evidente. E o Sr. Prefeito Municipal mandou um Projeto de Lei aqui para esta Casa, no dia de ontem, sugerindo a isenção do ISSQN sobre o transporte público, que reduz em R\$ 0,05 as passagens. Nós achamos que a medida é bem-vinda, mas temos a clareza de que ela é insuficiente para o momento. Nesse sentido, a nossa Bancada, em nome dos cinco Vereadores, vem a esta Casa oferecer aos Vereadores, ao Prefeito Municipal, aos movimentos sociais, um conjunto de propostas que elaboramos. A primeira delas: que a gestão e o controle público do sistema de bilhetagem eletrônica deve ser do Poder Público Municipal e que tenha a publicação diária, na Internet, dos relatórios quantitativos de uso dos carros e das linhas de ônibus. Esse é um primeiro item. Quem tem que gerir os recursos públicos do sistema de transporte é o Poder Público Municipal e que a transparência seja total, porque nós temos um sistema de informatização; segundo ponto: a criação de um fundo próprio, gerido pelo Município, cujos rendimentos deverão ser revertidos para subsidiar a redução do preço da passagem de ônibus em Porto Alegre, tendo por base de cálculo não os R\$ 3,05, mas tendo como base de cálculo, no mínimo, a passagem que está vigendo. Portanto, nós já partimos de R\$ 2,80, e não de R\$ 3,05, como trouxe o Prefeito ontem, porque o que está em vigor é R\$ 2,80, no mínimo isso; terceiro ponto: que, a partir da isenção do ISSQN,

pág. 31

assim como de outros tributos - e aí, sim, Ver. Pujol, temos acordo, tem que ter a agenda do Estado em conjunto aqui - que o Governo propicie o oferecimento de passe livre, principalmente para os estudantes de escolas públicas da Capital ou com bolsa integral de estudo com renda familiar de até três salários mínimos; quarto ponto: buscar a democratização e o controle público no sistema de transporte. A nossa Bancada propõe que alterações na composição do Conselho Municipal de Transporte Urbano devem garantir a participação de representantes de usuários do transporte público, escolhidos por meio de eleições diretas. Nós estamos propondo que esse Conselho, Ver. Janta – o senhor que já propôs Emenda nesse sentido –, seja tripartite: 1/3 do Poder Público Municipal, 1/3 das entidades e 1/3 eleito diretamente pela população; quinto ponto: a imediata realização de licitação em todo o sistema público de transporte de Porto Alegre; sexto ponto: a abertura e revisão, num prazo de 90 dias, da planilha de custos do transporte público de Porto Alegre. Porque essa planilha é de uma Lei de 2004, no tempo em que o Partido dos Trabalhadores era Governo, mas, depois da promulgação dessa Lei, passaram-se quase duas décadas, mudou a tecnologia, os preços modificaram, a inflação diminuiu, e um conjunto de outros itens, que incidem na planilha de custos, foram alterados. Portanto, essa planilha de custo também tem que ser revisada nos seus itens e na proporção dos itens que incidem sobre o custo total da tarifa de transporte público, e ela tem que ser totalmente transparente.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa Bancada, está contribuindo com o debate, está propondo um acréscimo ao que o Prefeito Municipal trouxe ontem a esta Casa, está oferecendo este conjunto de medidas, para dialogar - com essas sugestões - também com os movimentos sociais que foram às ruas, que estão indo às ruas, os quais, de nossa parte, têm toda a nossa compreensão e o nosso apoio, porque, na democracia, as cidades são de todos. E a síntese dos movimentos é uma certa falência da urbanização pública, seja da mobilidade, seja da Saúde, seja dos serviços essenciais do Estado em seu todo; e aqui eu estou me referindo ao Município, ao Estado e à União. A responsabilidade é de todos nós, e aqui está a nossa parcela de contribuição neste momento. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que está nas galerias e público que nos assiste pela TVCâmara, quero agradecer aos colegas Cláudio Janta e Delegado Cleiton pela cedência do espaço do PDT. Eu tinha um discurso aqui para falar, mas vou começar, Ver. Reginaldo Pujol, pela fala do Ver. Comassetto, que dá soluções - todas as soluções estão dadas aqui. É que, ontem, quando a Presidente Dilma falou sobre os movimentos, Ver. Comassetto, ela simplesmente os aceitou, então, agora, eu espero que a sua Bancada mande esse documento para a Presidente Dilma. Eu concordo em grande parte com o seu documento, mas a Presidente Dilma não falou nada do que ela poderia fazer. E V. Exa. vem aqui, pela Bancada do PT, dar soluções para o Prefeito Fortunati. Veja só, Reginaldo Pujol, veja, minha amiga, Ver.^a Any Ortiz, como fica fácil colocar no papel e jogar a culpa para os outros. Então, a Presidente Dilma falou, ontem, Ver. Cláudio Janta - tenho certeza de que V. Exa. viu, achou normal - eu, que a conheço pessoalmente, sei que ela falou de coração, só que ela não falou como Presidente do País, pois ela deveria ter dito: “Baseada nisso, nisso e nisso, vou fazer isso, isso e isso”; talvez tenha falado algumas coisas que o Comassetto e a Bancada tenham colocado no papel, mas, infelizmente, a Presidente Dilma não falou isso ontem.

Eu acho também - aliás, não só acho, como tenho certeza - que esse movimento dessa Juventude, Ver. Reginaldo Pujol, veio tarde. E V. Exa. sabe - eu tenho três garotos - que a juventude é revoltada. Só que, neste momento, acho que esse movimento veio tarde, porque o Governo do PT já está lá há tempo. E as coisas também não acontecem só por causa do PT, não, viu, Ver. Comassetto; as coisas acontecem, porque talvez ninguém faça um movimento desses. Mas, hoje, então, com esse movimento que as massas da juventude estão fazendo no País todo, pode ser que mude alguma coisa.

Aqui em Porto Alegre, o José Fortunati já começou a mudança. E é disto que eu falo, Presidente: o Fortunati deu a demonstração de que ele quer resolver alguma coisa, seja na área do transporte, do transporte coletivo. Mas terá que ter outras manifestações do nosso Prefeito, do nosso Governador e da nossa Presidente sobre a Educação, sobre a

Saúde, sobre os bens públicos, sobre a mobilidade. Terá que ser estendida essa mão e não só colocar no papel.

E, ontem, eu já havia louvado - o Ver. Reginaldo Pujol estava junto na reunião - o Governo José Fortunati, que vem sofrendo, colegas, a cada dia, a cada mês, um abalo devido às coisas que estão acontecendo nos bens públicos do Município de Porto Alegre. Mas o Prefeito José Fortunati, com esse Projeto que ele manda para a Casa, dá uma demonstração - eu já sabia disso - de que ele quer resolver as coisas.

Agora, eu estou falando aqui para todos os Governos, sim, com certeza, porque, além do transporte coletivo, nós temos outros assuntos, principalmente no que diz respeito à Saúde. Então, que o Município, o Estado e a Nação, através da Dilma, façam alguma coisa.

Ver. Comassetto, os lotações, o transporte coletivo, não existe somente na cidade de Porto Alegre; ele existe no Estado do Rio Grande do Sul! Por que não se fala no transporte coletivo do Estado do Rio Grande do Sul? Só se fala do de Porto Alegre! O Programa de Metas do nosso Governo, Ver. Janta, estabelece - e tenho certeza de que acontecerá - a licitação para a Zona Sul. O prazo no Plano de Metas do nosso Governo é para dezembro. Então, o que o Comassetto falou aqui, como sugestão da Bancada do PT ao nosso Governo, ao Governo do PDT e de todos que participam desse Governo, já está nos planos do Prefeito José Fortunati, do nosso Governo, fazer licitações para todos os ônibus em Porto Alegre, começando pela Bacia do Extremo-Sul, como eles chamam. Então, volto a dizer: é muito fácil colocar no papel, Delegado Cleiton, as sugestões para resolver os problemas. Então, nesses dois sentidos, em termos de Governo, em termos de Liderança do PDT, eu gostaria de dizer isso.

Também quero dizer que amanhã nós iremos à Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul - Celic, porque estamos esperando uma licitação para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tancredo Neves. Ela está dividida: tinha dois prédios, hoje um prédio está interditado, Ver. Pujol, ali na Vila Parque Lavoura, estamos com a metade dos alunos lá e esperando essa licitação que se arrasta há mais de três anos. Então, eu agendei uma visita à Celic para ver o que está acontecendo. Muito obrigado. Agradeço ao PDT.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. REGINALDO PUJOL: É, no mínimo, farisaico. É aquela história de que, quando é a nosso favor, é muito bom, mas quando é contra, não existe. Ora, falou o ilustre Líder do PT que queria a criação de um Fundo, mas esse Fundo já existiu, o Transcol, que foi instituído no Governo do Guilherme Socias Villela e propiciou uma renovação integral da frota de ônibus de Porto Alegre com parte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, do qual o Governo abria a mão em favor da renovação da frota. E esquece o ilustre Vereador do PT que foi criado aqui, num determinado momento, o famoso *plus* tarifário, que aumentava o preço da tarifa para as frotas serem renovadas, tanto da Carris quanto das demais empresas. Então, quero dizer que essas medidas que são sugeridas foram amplamente anunciadas no ano passado, e a população de Porto Alegre, meu caro Delegado Cleiton, por 66% dos votos, não aceitou essas propostas. Aliás, pouco mais de 20%, ou nem isso, acabou aceitando essas propostas. O povo cansou dessa ladainha, dessa conversa, que no período pré-eleitoral é um, e, depois, na prática, ocorre outro. Ora, a Presidente da República, que é uma privatista de primeira ordem, privatizou aeroportos, privatizou portos, privatizou vários estabelecimentos neste Estado. Eu vi um cidadão, esses dias, Ver. Janta, dizendo: “Olha, se eu soubesse que a Dilma iria privatizar tantas coisas, eu já tinha votado nela”. Porque nem o Fernando Henrique teve coragem de meter a mão nessa cumbuca de privatizar os portos, numa maracutaia sem precedentes na história. E vocês ainda querem saber por que esses moços, esses jovens estão descontentes? Com tudo isso vocês querem que a gurizada vá à rua bater palmas para esse pessoal? Gastam um milhão e tanto de recursos públicos para fazer o estádio do Corinthians, tudo sem retorno algum, e sequer concluem o estádio em condições de colocar os jogos da Copa das Confederações. Mas o que é isso, minha gente? Onde estamos? O povo se irritou. Disse um cidadão que escreveu um artigo para o jornal no último domingo que grande parte daqueles que participavam das passeatas não sabiam nem contra o que protestavam, porque no fundo eram contrários a um regime capitalista que havia sido instituído nesta Cidade, sob o manto de ser um Governo progressista, um Governo de esquerda. O senhor esperava, Presidente, que a Presidente fosse quebrar a Petrobras, que a Presidente fosse quebrar a Eletrobras, tornar nulo todo o esforço que

administrações e administrações fizeram para que essas empresas fossem orgulho nacional? Eu sou um liberal e jamais advogarei que a Petrobras seja colocada nas mãos das multinacionais, se temos condições, com os nossos técnicos, com os nossos colaboradores, com os nossos administradores de, sem fazer política, levá-la para frente. E a Petrobras está nessa situação, porque lá há um Presidente que quer ser Governador da Bahia a qualquer custo e aí botou tudo na Bahia e esqueceu do resto do Brasil, esqueceu da própria empresa, o que é mais grave.

Por isso, Sr. Presidente, estou nesta tribuna, nesta hora, com um duplo objetivo: restabelecer algumas verdades e aguardar que suba à tribuna a Ver.^a Any, minha querida colega. Eu disputei junto com ela o pleito eleitoral, ela está tendo um grande mandato aqui na Cidade e, provavelmente, como qualquer jovem, está estarecida com essa bagunça que se instalou no País e com a incoerência desse Governo que mente para o povo, que tem um discurso pré-eleitoral e que, depois, na prática, faz exatamente o contrário. Ver.^a Any Ortiz venha a esta tribuna com a sua sabedoria, brilho e juventude.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. ANY ORTIZ: Muito obrigada, Ver. Pujol. Vereadoras e Vereadores que ocupam esse plenário hoje, estamos num número muito pequeno, infelizmente, mas tem um grande público nos assistindo através da TVCâmara. Venho aqui por vários assuntos, mas um deles, do qual não poderia deixar de falar, é sobre as manifestações. Não é só a juventude que está nas ruas, mas as famílias estão nas ruas, as pessoas de mais idade também estão ocupando as ruas, porque essa indignação é geral. Essa indignação já vem há muitos anos em cada um, e, agora, o povo decidiu tomar as ruas. É muito lindo, eu fico muito feliz em ver toda essa manifestação, de ver o povo brasileiro gritando, seja aqui em Porto Alegre, no nosso País, ou em outros países, como temos visto. Amigos meus e outras pessoas que estão fora do País, mas que amam a sua Pátria, estão fazendo manifestações em todos os lugares do mundo. Isso é o mais importante. É este País que queremos para o futuro: um País que luta, um País de pessoas que estão na rua batalhando pelos seus direitos. E não é só pelo preço da passagem, não são pelos R\$

0,20 ou pelos R\$ 0,40 que se gastaria a mais numa viagem de ida e volta; isso envolve muito mais, envolve o posto de saúde que não tem atendimento, o hospital que não tem leito. Cito, como exemplo, o Ver. Delegado Cleiton, que esteve doente na semana passada e não conseguiu uma vaga em um hospital para fazer os exames que deveriam ser feitos. Eu cito o senhor como exemplo, mas nós temos esses exemplos, todos os dias, aos milhares, na nossa Cidade, no nosso Estado, em todo o nosso País.

Mas eu também venho aqui para falar sobre o Seminário de Gestão Sustentável de Resíduos, no qual eu tive a honra de ser mediadora, na sexta-feira, nas palestras sobre resíduos sólidos. Nessas palestras, foi falado sobre o reaproveitamento do resíduo sólido, chamado entulho, e também do plástico. Nós temos, agora, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos que vai ajudar o País a atingir a meta sobre a mudança do clima, no sentido de alcançar o índice de reciclagem de resíduos de aproximadamente 20% em 2015, e que também está debatendo sobre os tipos de problemas que esses resíduos trazem para a nossa Cidade. Quem anda pela Cidade, principalmente pela periferia da nossa Cidade, sabe o problema que é o descarte ilegal dos resíduos sólidos, dos entulhos e dos restos de construção. Esses entulhos poderiam ser reutilizados, transformados em aterro, em areia, e essa areia poderia compor até 30% das construções, sejam elas construções privadas ou obras do Governo do Estado. Mas faltam políticas para reaproveitarmos melhor esse tipo de material e podermos preservar os nossos rios. E com relação a esse assunto que está em pauta, sobre a mineração do Jacuí, nós poderíamos recuar um pouco nesse tipo de mineração, se soubéssemos e pudéssemos reutilizar melhor esse tipo de resíduo. E dentro desse assunto, eu também gostaria de falar sobre as 230 toneladas de lixo que foram retiradas somente do Dilúvio, numa limpeza feita pelo DMLU. Para onde vai esse lixo todo? Eu fiz uma consulta no DEP, e eles, hoje, não têm um local para descartar toda essa sujeira. E a gente sabe que a maior parte dessa sujeira é de areia contaminada. Mas fiquei muito feliz com a notícia de que a Prefeitura e o DEP vão iniciar um processo de estudo para saber o que é essa areia, qual a contaminação que ela tem e para que ela pode ser utilizada; se puder ser utilizada, servirá para aterros, ou para fazer os próprios produtos que o DEP usa, podendo economizar para a Prefeitura aproximadamente R\$ 5 milhões anuais só com a reutilização dessa areia que sai dos arroios. E nós temos muitos arroios aqui em Porto Alegre. Aproveito para comentar a ação de desobstrução dos bueiros no bairro Bom Fim

realizada pelo DEP, a quem parabeno por ser uma ação muito importante, principalmente para conscientizar a população de que não pode largar entulhos, enfim, lixo na rua, porque esse lixo vai para os bueiros e depois todos nós já sabemos quais são as consequências. Eu gostaria de solicitar ao DEP - e esta solicitação eu já fiz, mas venho aqui reafirmar na tribuna - que faça essa mesma ação no bairro São João, onde reiteradamente há alagamentos, assim como na Av. Assis Brasil, nos bairros São João e Maria Goretti. É muito importante esse tipo de ação, porque todos nós sabemos que para resolver o problema daqueles Bairros, efetivamente, seriam necessárias obras muito grandes e muito caras. Então, através dessas ações nós podemos amenizar um problema que é recorrente, há muitos e muitos anos, naqueles Bairros.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento sobre os resíduos sólidos, dizer que o bairro São João foi o meu primeiro Bairro de Porto Alegre, e nós, na época da campanha, recebemos muitas solicitações sobre esse tema que a senhora está apresentando. Já tenho um estudo, inclusive o orçamento já foi feito desta rede pelo DEP, porém, faltam recursos, tem que haver um desmembramento. Isso já está no Gabinete do Vice-Prefeito e dependemos da decisão do Prefeito. Porque quem nos recebe para essas demandas é o Vice-Prefeito. E acredito que, com a sua fala - e aqui somos duas Vereadoras - o bairro São João será contemplado e acabarão os alagamentos, principalmente na Rua Coronel Feijó, onde há 14 anos aquela comunidade padece com esses problemas.

A SRA. ANY ORTIZ: Muito obrigada, foi muito importante a sua colocação. Reforço aqui o que venho dizendo há muito tempo.

Também, no bairro São João, há um problema gravíssimo: há uma concentração de escolas - Colégio Dom Bosco, Colégio La Salle São João, Colégio João Paulo, Colégio Plácido, Colégio Pastor Dohms, ou seja, é uma região cercada de escolas, há uma sinaleira de pedestres para atravessar a Av. Assis Brasil - a qual possui quatro faixas para circulação de carros e mais o corredor de ônibus -, mas o tempo para tal travessia é apenas de 11 segundos! Isso é um absurdo! Eu já vi, porque já estudei no Colégio São João, pessoas sendo atropeladas e vir por falecer ali no meio da avenida por não conseguir atravessá-la, pois são só 11 segundos para travessia! Então, faço aqui um

apelo à EPTC. Eu sei que a população já pediu à EPTC rever o tempo da sinaleira daquela Avenida, e a EPTC respondeu que, se desse mais tempo para a travessia de pedestre, iria prejudicar o fluxo de carros. Mas nós não podemos deixar aquela quantidade de estudantes à mercê de apenas 11 segundos para atravessar seis pistas! Não tem como! Eu costumo atravessar muito ali e não tem como atravessar. Em 11 segundos, a pessoa consegue atravessar até a metade e, depois, tem que esperar muito tempo até fechar, de novo, o sinal para acabar de atravessar a avenida. Isso é muito perigoso e acaba criando uma ansiedade para quem está atravessando, porque ninguém quer ficar esperando o sinal em um canterinho que fica no meio do corredor de ônibus, por ser muito perigoso; os ônibus vão passando, enquanto o sinal está vermelho para os pedestres, e por isso acabam acontecendo os acidentes. Então, eu faço um apelo à EPTC para que revise o tempo da sinaleira que fica em frente ao Colégio João Paulo II, na Av. Assis Brasil.

Um outro tema que eu queria também tratar aqui é referente às ciclovias. Eu uso muito a ciclovia - não como o Ver. Marcelo Sgarbossa, e eu já lhe disse que o invejo por ele morar aqui perto e poder vir todos os dias trabalhar de bicicleta -, mas, por morar muito longe, não tenho como vir de bicicleta, porém, muitas vezes, quando preciso ir até o Centro da Cidade, eu uso as bicicletas laranjas que estão aqui na frente da Câmara. É maravilhoso, e eu acho que a gente tem que ter muito mais pontos com bicicletas. A Cidade está crescendo e está evoluindo nesse quesito para poder ter essa locomoção de bicicleta. No entanto, principalmente no Centro da Cidade, próximo à Prefeitura, os carros-fortes estacionam em cima da ciclovia para poder fazer a operação de retirada ou de entrega de dinheiro. Ou seja, as pessoas não estão respeitando a ciclovia. Nós temos que entender que a calçada é do pedestre, que a ciclovia é da bicicleta, e que a pista é do carro. Eu acho que isso tem que ser uma compreensão geral. E todos nós temos que compreender que é muito difícil fazer aquele trecho, porque a população aproveita para caminhar em cima da ciclovia. Só que ciclovia é para bicicleta! Então, eu venho aqui fazer um apelo também para a Prefeitura, aproveitando esse trabalho que tem sido feito, as ciclovias estão crescendo - e a gente já atingiu uma quantidade muito grande de quilômetros de ciclovia na Cidade -, de que é necessária uma campanha para esse assunto, assim como foi feita a campanha da faixa de segurança, que foi maravilhosa. Quem anda muito por outros Estados e outras cidades sabe como as nossas faixas de segurança estão sendo

respeitadas aqui em Porto Alegre. Claro que eu não posso dizer que isso é geral, mas o respeito que se vê aqui na faixa de segurança não se vê em muitas outras cidades, e isso se dá devido a uma bela campanha que foi feita. Então, eu peço que a Prefeitura utilize-se da mesma campanha, do mesmo diálogo que teve para os motoristas respeitarem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, que a Prefeitura faça a mesma campanha para que sejam respeitadas as ciclovias, e que as ciclovias tenham o seu destino e a sua função, que é o transporte, a locomoção com bicicleta como meio de transporte. Gostaria de agradecer a atenção dos Vereadores que aqui se encontram e muito obrigada pelo tempo concedido, Ver. Cláudio Janta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Registro a presença da Ver.^a Fátima, de Frederico Westphalen, que vem nos visitar. Seja bem-vinda à nossa Casa, Vereadora, que está no seu terceiro mandato na sua cidade.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ALCEU BRASINHA: Ver. Cláudio Janta, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meu querido amigo Dino, que está aqui - realmente o senhor tem contribuído e me ajudado muito, Ver. Reginaldo Pujol.

Eu venho aqui, Ver. Cláudio Janta, falar também sobre o meu Projeto, pois, muitas vezes, a mídia leva para outro lado. Eles não esclarecem bem, Ver. Alberto, quando dizem que o Vereador quer mudar a velocidade. O que este Vereador quer é que a velocidade onde hoje é de 60 quilômetros por hora passe para 70 quilômetros por hora. Só que eles nunca dizem o que eu falo nesta tribuna, Ver. Reginaldo Pujol. Eu acho que em alguns pontos de algumas avenidas - eu falo sempre nisso -, por exemplo, no final da Av. Bento Gonçalves, passando a Av. Antonio de Carvalho, o órgão competente, a EPTC, poderia fazer uma análise, estudar a viabilidade de mudança no final dessa avenida. Também, na Av. Diário de Notícias, se tu andares a 60 quilômetros por hora, tu és atropelado, porque todos os carros andam bem mais rápido - eu tenho vídeos disso, Ver. Janta. Eu faço esse apelo à EPTC para que faça um estudo de viabilidade de um aumento de velocidade,

desde que ofereça segurança para o cidadão. Não esquecendo que chega um certo momento em que todo motorista se torna pedestre também, Vereador! Eu sou um que caminho muito na Cidade, ando a pé, ando de ônibus também, e sempre cito nos meus discursos o caso da 3ª Perimetral: o estudo de viabilidade pode ser feito desde que estejam prontas as adaptações, as trincheiras, os viadutos. Ver. Janta, eu falo também sobre o caso da Av. Farrapos, lá no Laçador, para que seja feito outro estudo. Também sobre o caso da Av. Assis Brasil, do Sarandi até a *freeway*. São esses os casos que eu falo, só que a mídia não fala isso, Vereador! A mídia diz: “O Vereador quer mudar a velocidade para todas as ruas.” Eles falam que é para todas as ruas, e não é verdade! E eu digo isso porque em outras cidades grandes tem avenidas em que a velocidade é maior, não é, Ver. Reginaldo Pujol? O senhor sabe que lá no Rio de Janeiro há várias avenidas, como a Av. Atlântica, que é a avenida mais famosa do Brasil, onde a velocidade é de 70 quilômetros por hora. Na Av. Borges de Medeiros, a velocidade é de 70 quilômetros por hora. No Aterro do Flamengo é de 90 quilômetros por hora! Na Beira-Mar, em Florianópolis, a velocidade é de 80 quilômetros por hora. Em Curitiba tem também! Em São Paulo há várias avenidas! E por que lá não é inconstitucional e aqui é? Não tenho nada contra o Projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, que sempre quer reduzir a velocidade em alguns pontos. Eu acho que também está certo, em alguns pontos também deve ser reduzida a velocidade, mas não em toda a Cidade! Então, Ver. Reginaldo Pujol, Ver.^a Lourdes, Ver. Comassetto, vocês sabem bem que na Voluntários da Pátria a velocidade é de 40 quilômetros por hora. E ali, perto da Arena do Grêmio, as pessoas não andam a menos de 80 ou 85 quilômetros por hora, Ver. Cláudio Janta! Eu acho que as coisas vêm acontecendo... Falam muito, mas não falam o que a gente fala. Então, eu quero esclarecer isso porque é um ponto muito importante, é um Projeto importante para a Cidade. E acho que está na hora – falei com o Cappellari – de ser feito um estudo de certas avenidas. Por exemplo: dependendo do fluxo dos veículos, de manhã, deixar mão dupla, e, à tarde, na hora do pico, deixar mão única. É interessante. No Rio de Janeiro existe isso e já vi em outras cidades também. Acho que as coisas boas de outras cidades nós temos que copiar.

Também quero falar da EPTC, que é uma Empresa bem complexa. O Secretário Vanderlei Cappellari tem uma atuação intensa, sempre dá retorno, ele está sempre preocupado e, muitas vezes, paga o pato por dizerem que ele não dá atenção. Ele tem

feito um bom, um exemplar trabalho na Cidade. Por exemplo, a EPTC tem colaborado muito com o trânsito nessas manifestações que estão acontecendo. É essa Empresa que regula o trânsito. Então quero dar os meus parabéns a ele pelo bom trabalho, pelo bom andamento da EPTC. E lá tem o Diretor Carlos Pires que sempre está preocupado com a Cidade. Eu chego a marcar agenda com ele às 6 horas da manhã, Ver.^a Lourdes! Às 6 horas da manhã, o Carlos Pires está lá!

O DEP também é um órgão que também paga o pato, pois, quando chove, quando cai um temporal, entopem os bueiros. Mas isso só acontece porque são as pessoas que jogam o lixo nas ruas! Mas aí é o DEP que sofre um pênalti! Lá tem o Diretor Fausto que tem acompanhado muitas demandas comigo. Ele tem demonstrado de verdade que está preocupado com a Cidade, com a comunidade, nas vilas e, principalmente, onde as pessoas têm mais dificuldades com o esgoto. Lá está o Fausto sempre. Eu costumo dizer que o Fausto é um multiuso, porque ele está em todas, onde chamam, ele está lá. Temos que fazer o reconhecimento que o Tarso Boelter está fazendo um bom trabalho, na medida do possível, porque não tem muito material humano, mas tem a vontade de resolver as demandas da Cidade. Então o DEP está de parabéns pelo trabalho que está exercendo. Eu estava há pouco lembrando de quando o Ferronato estava lá no Departamento e ele fez um bom trabalho também. E quantas pessoas fizeram um bom trabalho nesta Cidade?

Também quero falar do DEMHAB. O Secretário Everton Braz é uma revelação na Cidade, ele tem feito muito pelas pessoas mais humildes, mais carentes. Para aqueles que mais precisam, talvez, daquele aluguel social, daquela casa de emergência, lá está o DEMHAB sempre, prontamente, para atender as pessoas. O DEMHAB está de parabéns.

Na SMIC, o nosso querido amigo Ver. Humberto Goulart vem fazendo um belo trabalho, um trabalho exemplar na Cidade, desde que aconteceu aquela tragédia em Santa Maria. Esta semana, tive o privilégio de participar de uma homenagem a três funcionários exemplares daquela Secretaria, que receberam um Diploma, uma Medalha do Secretário, pelo bom trabalho que têm exercido na força-tarefa que tem acontecido em Porto Alegre: o Rogério, Chefe da Fiscalização; o Samir; e a Angélica, que fez uma grande investigação nas casas irregulares da Cidade. Então, o Secretário tem feito um trabalho incansável. Ver. Pujol. O senhor também foi Secretário da SMIC e sabe o quanto a SMIC é demandada na Cidade pelo pequeno e médio comércio. E o grande empresário também

precisa do alvará da SMIC. Então, a SMIC é uma das Secretarias mais complexas, que mais exige das pessoas, e lá há aquele quadro de funcionários exemplares, que merece esta atenção pelo que a SMIC tem feito pela Cidade. Então, reconheço o grande trabalho que tem feito o Secretário Humberto Goulart, e, se Deus quiser, vai melhorar mais ainda, porque trabalho é o que não falta para a SMIC.

Também quero falar da Secretaria da Saúde, Ver. Reginaldo Pujol, onde temos o nosso querido Secretário Casartelli, que é dinâmico, que sabe onde está a necessidade, que está realmente preocupado com a Saúde. É claro que não ele pode resolver todos os problemas. Eu mesmo há muitos anos tenho plano de saúde e, quando necessitei de médico, há um mês e meio, fiquei cinco horas na emergência do Hospital Mãe de Deus, que atende só planos de saúde e particular, e assim mesmo é difícil. Para minha surpresa, Vereador, um cidadão chegou na UPA na semana passada e foi atendido em não mais do que 40 minutos. Rapidamente ele foi atendido e fez uma cirurgia rápida. Isso é a nossa Saúde, é a nossa Cidade que tem essa filosofia. Claro que não resolve 100%, mas certamente o Secretário está muito preocupado. E eu tenho certeza do bom trabalho que o Secretário tem feito e vai continuar fazendo pela Cidade. E ele tem respeitosamente atendido todas as demandas que nós, daqui, mandamos. Então, quero fazer esse elogio ao Secretário Casartelli, porque ele realmente é um Secretário que está sempre à disposição pelo celular; assim como eu, que dou o número do meu celular nos programas dos quais participo para que as pessoas possam me ligar, Ver. Dr. Thiago. Eu participo de programas na Rádio Gaúcha e dou o meu celular. Vou começar a dar o número aqui também. Naquele dia em que foi implantada a TV aberta aqui, as pessoas estavam nos vendo lá em São Leopoldo, lá em Novo Hamburgo, em Viamão e mandaram mensagens dando os parabéns. Posso dar o meu celular aqui também? (Aqui escôncia do Presidente.) É 9995-1000. Podem ligar para mim. Esse é o meu sistema. Eu deixo o número do meu celular por onde eu vou, e as pessoas que querem me achar podem me ligar, não tem problema. Podem criticar, estou à disposição de tudo, porque eu não sou o certo; eu quero que as pessoas critiquem para que eu possa melhorar, Ver. Pujol. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Ver. Cláudio Janta, é uma satisfação vê-lo na condução dos trabalhos; agradeço a audiência do Ver. Reginaldo Pujol, da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Alceu Brasinha e de cerca de três milhões de gaúchos das 50 cidades abrangidas pela nossa TVCâmara. Quero dizer aqui, Ver. Reginaldo Pujol, que, pela primeira vez nesse Plano Plurianual, nós vamos ter contemplado o Plano Plurianual da Câmara Municipal de Porto Alegre. Isso é uma conquista desta Mesa Diretora, mas, antes de tudo, de todos os Vereadores, principalmente de cada uma das Lideranças que está aqui: Ver. Pujol, pelo Democratas; Ver. Mario Manfro, pelo PSDB; Ver.^a Any Ortiz, pelo PPS; Vereadores da Bancada do PSOL; Vereadores da Bancada do PCdoB; Vereadores da Bancada do PT; Vereadores da Bancada do PSD; Vereadores da Bancada do PSB; Vereadores do PMDB; Vereadores do PTB; e Vereadores do PDT. Fico muito contente de poder efetivamente avançar nesse sentido. Com esse Plano Plurianual, a Câmara poderá realmente potencializar suas atividades, no sentido de poder avançar em audiências externas, no sentido de cada vez mais aprimorar sua TV Câmara, aprimorar as atividades do exercício parlamentar e, principalmente, melhorar as ações das suas Comissões.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero cumprimentá-lo, pois V. Exa. acertou num aspecto muito importante. É que, já de mais tempo, com a nova Constituição, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os Executivos deste País todo têm se ajustado aos Planos Plurianuais de Investimento, e os Legislativos têm ficado à margem nesse fato. Como aqui nós decidimos que, anualmente, se altera a Presidência, um Presidente está começando e, ali adiante, terminando. É possível que agora os compromissos não sejam individuais, sejam um conjunto de pessoas credenciadas para dirigir a Casa e capazes de pegar um projeto no início, dar prosseguimento e chegar até o fim. Meus cumprimentos, sei que é uma conquista de V. Exa. e fico muito feliz de ter contribuído para isso, V. Exa. bem sabe.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Ver. Pujol. Fico lisonjeado, envaidecido e agradecido, isso aumenta a minha responsabilidade, na medida em que tivemos a votação unânime do

conjunto dos Vereadores. Esse justo agradecimento sempre procuro fazer. Quero dizer que, em função disso, em função desse Plano Plurianual, nós pudemos avançar e estamos avançando em relação aos servidores, com um aumento real de 1,51%, o que é muito difícil de vermos na iniciativa privada, e, no setor público, nem se fala. A Câmara Municipal de Porto Alegre vai conseguir avançar nesse sentido, então vai conseguir corrigir a inflação e dar um aumento real, atingindo o percentual de aumento de cerca de 8%, o que é bastante significativo. A questão da Gratificação por Incentivo Técnico que, faça-se justiça, os outros Presidentes não tiveram condição de dá-la no seu grau máximo, ou seja, de 100%, esta Mesa Diretora e esta Presidência vão ter condições de efetivamente poder avançar nisso. Então, mérito também aos outros Vereadores Presidentes que iniciaram esse processo - lembro do Ver. Tessaro, da Ver.^a Sofia e do Ver. Mauro Zacher – por podermos concretizar a concessão da Gratificação total.

Também naquilo que se refere ao reordenamento da Casa, isso tudo só vai ser possível... Na medida em que temos um percentual muito grande de servidores que já têm as Funções Gratificadas incorporadas, diversas delas, principalmente as de nível médio, não têm mais como ser ocupadas, não podem mais ser ocupadas, então, com relação a essas FGs, nós vamos ter a possibilidade de eventualmente suprimi-las, causando também uma economia para poder ajustar o restante do Orçamento da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Por fim, o chamamento do concurso, tão importante e que muito valoriza o servidor público. Nós já tivemos a oportunidade, neste ano, de chamar quatro concursados, e, com esse ajuste no Orçamento, certamente vamos poder chamar a totalidade daqueles que tiveram as suas vagas anunciadas no concurso, os quais, após o concurso, criaram a expectativa de poderem ser chamados para trabalhar na Câmara Municipal de Porto Alegre. Nós vamos, a partir disso, concretizar esse aspecto.

Com relação ao Orçamento do Município, como colocava o Ver. Brasinha, com muita sabedoria, o Prefeito Municipal aumenta e dá grande percentual dos gastos à Saúde da nossa população. Mas eu acho que é importante, Ver. Brasinha, nós atentarmos para uma coisa. Primeiro, queria dizer que essa sua prática de dar o seu número de telefone deveria ser uma prática de todos os Vereadores e de todos os Secretários, inclusive.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Ver. Thiago, V. Exa. sabe que eu faço isso, há anos, eu sempre dei o número do meu celular nas rádios e nas televisões. Eu acho que é um direito nosso de dar o número do celular para as pessoas, porque a vida do Vereador é muito corrida, tem muitas demandas.

Eu quero dar os parabéns ao senhor e ao Ver. Reginaldo Pujol por terem atendido ao meu apelo, saindo das suas casas para nós darmos essa volta de helicóptero, para visualizarmos Porto Alegre de cima.

E o Projeto que apresentei sobre os helipontos vai beneficiar o cidadão que necessita de atendimento. Quem sabe aquele helicóptero consiga pousar ao lado do Mãe de Deus, ao lado do Hospital de Clínicas, ao lado do Hospital Conceição, do Cristo Redentor. Enfim, esses Hospitais necessitam de heliponto, porque a nossa Cidade cresce cada vez mais, há muitos carros, e, daqui a pouco, não vai dar mais para andar nas ruas, e o helicóptero vai dar uma nova dinâmica para a Saúde e, principalmente, para os hospitais.

O SR. DR. THIAGO: Muito obrigado, Ver. Brasinha, o senhor tem toda razão.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, acatando a sua sugestão, como a maioria do meu eleitorado vem das redes sociais, eu vou dar meu *e-mail*: lourdesvereadora@gmail.com, onde eu recebo as solicitações e demandas da comunidade.

O SR. DR. THIAGO: Perfeito, Ver.^a Lourdes, que tem toda uma história de luta pela causa animal e certamente tem incorporado outras tantas lutas, como a da Saúde, nesse seu rol de atividades. Nós temos sido testemunhas disso.

Como eu ia dizendo, eu acho que esse bom exemplo do Ver. Brasinha deve ser uma prática de todos os Vereadores e de todos os Secretários, Ver. Brasinha, indistintamente! O meu número de celular é o seguinte: 91342147. E a população toda do Extremo-Sul já o tem.

O Sr. Alceu Brasinha: Vereador, eu fico muito feliz pelo senhor ter aderido. Eu acho que todos os Vereadores têm que dar o número do seu celular quando participam de um

programa. E o senhor está de parabéns! Isso mostra a sua grandeza como Presidente desta Casa. É uma campanha humilde, minha, de sempre dar o número do celular, e o senhor a aderiu. Parabéns! Eu já era seu fã e vou continuar sendo mais.

E mais: quem sabe nós adquirimos um helicóptero para o SAMU fazer o socorro imediato, quando for necessário, junto aos hospitais.

O SR. DR. THIAGO: Olha só como está a nossa audiência, já estou sendo chamado.

O Sr. Alceu Brasinha: Vereador, isso é a dinâmica. Graças à Deus! Vamos repetir novamente o seu celular.

O SR. DR. THIAGO: O meu número é o seguinte: 91342147.

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Então, vou dar o meu número de celular também: 99511980. Só espero que os cobradores não liguem.

O Sr. Alceu Brasinha: Se forem cobradores, a gente dá um jeito. Mas as pessoas precisam saber o que o Vereador faz e com que o Vereador pode contribuir. Quem sabe é só dizer uma palavra, uma orientação.

O SR. DR. THIAGO: Obrigado, Vereadores Brasinha e Janta, pela contribuição. Eu quero aqui, então, fazer alguns relatos que julgo importantes nesse tema que o Ver. Alceu Brasinha trouxe com tanta propriedade, e que o Prefeito Fortunati priorizou. Nós estamos com um problema no que se refere aos postos de saúde, às Estratégias da Saúde da Família, nós, pela palavra do próprio Secretário, em Audiência aqui na Câmara, temos uma falta de mais de 40 Unidades de Saúde sem médico, então, nós precisamos, efetivamente, para não superlotar, como falou o Ver. Brasinha, não sobrecarregar as urgências e emergências, colocar o profissional médico nas Unidades de Saúde. E, para isso, nós precisamos de medidas criativas, não ilegais, mas criativas. Um exemplo claro é que se possa efetivamente fazer o concurso, o processo seletivo para o cargo com uma carga horária de 20 horas, pois aí nós vamos atrair mais profissionais. É importante que se tenha em mente a divisão do processo, mesmo que seja Estratégia da Saúde da

Família. O Ministério da Saúde já permite isso, e, com isso, nós vamos agregar profissionais médicos às Unidades de Saúde e às Estratégias da Saúde da Família.

Soubemos, nesta semana, Ver. Cláudio Janta, que o nosso Projeto, aqui da Câmara, que foi aprovado no ano passado, foi iniciado pela Secretaria da Saúde - é mais um -, e quero agradecer aqui ao Secretário Casartelli. O nosso projeto de criar o terceiro turno de atendimento em um PSF na Cidade foi acolhido, foi iniciado pela Secretaria da Saúde. Era importante também que pudesse ter sido dado, Ver. Pujol, o devido direito autoral. Mas tudo bem, senão deu, nós estamos fazendo isto aqui. Assim como foi feito no Projeto de teste rápido do HIV, um Projeto meu e do Ver. Bernardino, que foi colocado nas Unidades Básicas de Saúde, uma em cada gerência distrital, facilitando o acesso da gestante ao exame e, com isso, prevenindo a transmissão vertical. Então, eu acho que a primeira questão é poder contemplar as Unidades de Saúde e as Estratégias de Saúde da Família com profissional médico. E se fizer a partição, a divisão dessa carga horária, ao invés de haver um médico fazendo uma carga horária de 40 horas, o que vai ser muito difícil de se ter com a remuneração possível que o Município tem a dar, então que se possa contratar dois médicos com uma carga horária de 20 horas para cada um. Eu tenho certeza que vamos diminuir a nossa carência, pelo menos, Ver. Pujol. Com isso nós não vamos ter as emergências superlotadas e abarrotadas.

A outra questão, que se refere a investimentos na Saúde - vamos olhar o Plano Plurianual e vamos emendar se for necessário -, é a questão do Hospital Parque Belém. Quero saudar mais uma vez a Procuradoria do Município, a Secretaria da Saúde no sentido de que contratualizaram, depois de muito tempo, com o Hospital Parque Belém. A atividade do Parque Belém vai fazer com que, no seu pronto atendimento, 200 a 300 pessoas sejam atendidas por dia, Ver. Brasinha. Isso, sem dúvida alguma, é um incremento que pode e que vai ajudar muito a Região Extremo-Sul, a Glória, a Cruzeiro e o Cristal. Nós precisamos também, lá naquela Unidade, poder efetivamente aumentar as internações clínicas e psiquiátricas, principalmente as de usuários de craque. Para isso nós precisamos fomentar a verdadeira essência, a verdadeira motivação, a verdadeira competência daquele hospital, que é atender os pacientes usuários de craque. Ele já tem um serviço muito bom lá, o Centro de Dependentes Químicos – CDQuim, então que ele possa atender a traumatologia, a ortopedia, enfim, todas essas áreas correlatas que o Hospital já tem; que se possa ampliar isso, principalmente a parte endovascular. O Ver. Janta, o Ver.

Brasinha, o Ver. Pujol - eles são também lutadores por aquela agremiação - e este Vereador trouxemos um elemento novo a essa discussão que vamos começar a abordar a partir de hoje, qual seja, o Hospital Petrópolis que precisa ser resgatado, Ver. Pujol, ser ativado na sua essência. Ele tem que deixar de ser um hospital só de oftamologia para ser um Hospital Geral, mas para isso ele precisa da ajuda do Executivo e da Secretaria Municipal de Saúde. Nós temos que vencer barreiras individuais, nós temos que transpassar vaidades pessoais, pensar na saúde da população e poder avançar na contratualização do Hospital Petrópolis. Este é o outro tema que nós, a partir de agora, vencida a questão do Hospital Parque Belém, vamos começar a trabalhar a partir de agora: a reativação, o reerguimento do Hospital Petrópolis como um hospital geral.

E, para finalizar, Ver. Cláudio Janta, eu gostaria de falar da questão do planejamento familiar. Estamos criando um grupo de trabalho, queremos a participação de todos os Vereadores que quiserem trabalhar esse tema para discutir profundamente a questão do planejamento familiar, que é dar uma possibilidade, que é dar uma alternativa para que as mulheres e os homens, para que as famílias possam fazer uma escolha livre e consciente do método contraceptivo, para não serem obrigadas a ter filhos, para que tenham filhos desejados, para que, efetivamente, a gente possa ter uma geração com família de gente cada vez mais acolhida na sociedade. A gente sabe que a questão da falta de afetividade está muito vinculada à questão da gravidez indesejada; por isso lutamos para que a população possa ter uma melhor qualidade de vida.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Obrigado, Ver. Dr. Thiago.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, inicialmente peço a sua tolerância e a sua compreensão, porque eu não tenho o poder de síntese de V. Exa. e do Ver. Brasinha. Por que isso, Ver. Brasinha? Porque eu acho que o pronunciamento do Vereador que me antecedeu, o Presidente da Casa, reforça uma posição que eu já havia, às 16h30min, assumido, que foi me manifestar nesta tarde, nesta noite, em 2ª Sessão, sobre um Projeto do nosso colega Kopittke, que cria a Comissão de Ética Pública Municipal. Infelizmente, o Ver. Kopittke não pôde permanecer até este momento conosco, e eu fico meio, ou bastante, constrangido de imaginar o processo, de ingressar nesse debate. Certamente, nós vamos ser obrigados a ingressar. Este debate será, Ver. Sabino, desenvolvido na nossa Comissão de Constituição e Justiça, com a participação de V. Exa., do Ver. Nereu, do Ver. Márcio Bins Ely, do Ver. Canal, do Ver. Bernardino e do próprio autor. É evidente que o Projeto, quando se examina no conjunto, tem nobres intenções, valiosas intenções, mas ocorre que, até para fazer o bem, a gente tem que encontrar a fórmula adequada.

O Parecer prévio da nossa Procuradora diz que, na forma do que dispõe a Lei Orgânica, no artigo 94, incisos IV e VII, compete privativamente ao Prefeito realizar a administração municipal, preceito que, vênha concedida, resta afetado pelo conteúdo normativo da proposição, ao criar órgão público. Então, Sr. Presidente, este alertamento da Procuradoria vai precisar ser devidamente examinado por nós. Certamente o faremos, até com a consideração devida ao Ver. Kopittke, que tem se mostrado um colega diligente, atuante e presente na maioria das nossas reuniões, quando, inclusive, tem contribuído muito para a serenidade dos debates.

Mas, Sr. Presidente, ao concluir o debate sobre a Pauta Especial, Ver. Sabino, o Ver. Brasinha e o nosso querido Presidente adentraram num tema que nos parece ultrarrelevante, até porque, Sr. Presidente, nós precisamos, já que a lei não tem o sentido de engessar a Administração Municipal, observar atentamente a possibilidade de algumas inovações capazes de agigantar e otimizar esses projetos e esses planos que V. Exa. anuncia, sendo que o mais relevante, no meu entendimento, V. Exa. deixou para o final, que é a paternidade responsável, que é um tema absolutamente consentâneo com a realidade dos dias presentes da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso País, meu caro Ver. Sabino.

Eu lembro que, quando eu comecei aqui, Ver.^a Lourdes, lá nos idos de 1973, havia uma única mulher Vereadora, era a Ver.^a Dercy Furtado, que, mais tarde, seria Deputada Estadual, e já, naquele momento, ela batia nessa tecla, o que era um verdadeiro tabu. E o mais importante é que ela era líder de movimentos religiosos, especialmente da área da Igreja Católica, que tinha - como tem até hoje - grandes restrições aos programas de paternidade responsável que se desenvolvem por este País todo.

Eu sei que V. Exa., Vereador-Presidente, tem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... um currículo significativo de um trabalho exponencial realizado lá na minha Restinga, na nossa Restinga. O resultado não pode ter sido melhor, recomendo que ele seja reeditado, recomendo que ele seja ampliado, recomendo que ele seja entronizado de forma definitiva! A Tinga tem planejamento familiar, porque nós não podemos ser ingênuos de achar que, por outros meios, menos traumáticos, nós poderíamos enfrentar uma situação como essa, porque essas expectativas têm-se fraudado ao longo do tempo.

Então, Presidente, eu quero, nesses minutos que V. Exa. me concede, dizer a V. Exa. que quero ser seu permanente aliado. Aliás, eu teria todo o direito de vir à tribuna e dizer o seguinte: que eu estou na raiz desses gestos magníficos do Presidente da Casa, porque, na gestão anterior, eu dei a ele procuração para me representar na área de Saúde pública, do que não me arrependo, pois V. Exa. continua merecendo o meu apoio nesse particular. E acho que V. Exa. é muito inteligente, muito competente, e isso vem de raiz. E em algumas coisas que precisam melhorar, meu querido Brasinha, nós vamos fazer melhorar, nem que nós tenhamos de dar milhões de voltas no helicóptero. Mas, Presidente, nós temos de nos somar com algumas pessoas que, às vezes, são difíceis de ser entendidas, no entanto nós temos condições de convencê-las de que V. Exa. tem excelentes programas, e que juntos nós podemos ter soluções espetaculares para a cidade de Porto Alegre.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, realmente, nós temos que dar milhões de voltas, e isso significa a boa vontade que o senhor tem. E quero lhe agradecer, aqui, pessoalmente e publicamente, pela sua atitude,

Presidente Dr. Thiago. Ver. Reginaldo, eu liguei para ele, ele saiu da sua casa, isso é parceria, isso mostra que ele está preocupado com a Cidade. E, por estar preocupado com a Cidade, prontamente V. Exa. se colocou à disposição para fazer esse *tour* em cima da Cidade. E quero convocá-lo mais vezes. Quem sabe a gente consegue um avião maior para levarmos todos os Vereadores a darem uma volta em cima da Cidade, porque, lá de cima, a gente vê toda a Cidade, toda a extensão da Cidade.

O SR. REGINALDO PUJOL: Vamos programar isso, Vereador, com cautela e com tempo, especialmente na área da Saúde pública. Esses dias eu tive a oportunidade de dizer que eu visitava uma pessoa que tem um trabalho muito positivo nessa área. Eu aprendi com o ex-Deputado Germano Bonow que não é que não tenha solução em Saúde pública, é que ela tem uma solução interminável. Sempre tem alguma coisa a mais para se fazer, e, afinal de contas, esse esforço na melhoria da Saúde pública deste País, deste nosso Estado, faz com que, por exemplo, um velho de 73 anos esteja, aqui, gritando neste microfone, quando há 20 anos isso era inconcebível. Essa qualificação da vida, com bons programas de saúde, de vacinação, de antecipação de determinadas epidemias tem sido realizadas no Brasil, mas muito fortemente no Rio Grande do Sul, e nos dão essa alegria de saber que trabalhos como o seu, altamente voltados para a área da Saúde pública, trabalhos como do nosso amigo Germano Bonow, frutificam e dão resultado. E nós nos sentimos muito felizes em poder auxiliá-lo a complementar essa grande tarefa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado pelo carinho, Ver. Pujol, nosso decano, sempre aprendemos muito com o senhor, e, certamente, o sempre Deputado Germano Bonow é uma referência para todos nós nessa área da Saúde pública.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, também quero me associar à fala do Ver. Pujol no que diz respeito à Comissão de Ética Pública Municipal, que é o Projeto de autoria do Ver. Alberto Kopittke. Integrando a Comissão de Constituição e Justiça, nós

estaremos juntos analisando esse Projeto e, com certeza, estaremos juntos com o nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Ver. Reginaldo Pujol, conduzindo essa discussão.

Sr. Presidente, também quero aproveitar a oportunidade da presença do Ver. Cláudio Janta, que está rodeado, ali, de colegas, para reiterar que, amanhã, às 10h da manhã, teremos aqui a nossa CPI. Portanto, com os Vereadores Delegado Cleiton, Lourdes Sprenger, Eng^o Comassetto, João Carlos Nedel, Reginaldo Pujol, Jussara Cony, Any Ortiz, Séfora Mota, Mario Manfro e Fernanda Melchionna, estaremos reunidos aqui. Na semana passada, eu estava em Curitiba - na segunda-feira, aqui, fiz o relatório de viagem - tratei, junto à Secretaria de Direitos Humanos, de situações pertinentes ao tema da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Porto Alegre, pegando os moldes de Curitiba, então, naturalmente, por razões plenamente justificadas, não participamos da audiência da nossa CPI, mas, amanhã, evidentemente, participaremos.

E eu quero, finalmente, Sr. Presidente, fazer menção a esse trabalho tão importante que nós estamos realizando, da Frente Parlamentar, que é o Seminário intitulado Pedofilia? Aqui, não! Ele tem uma pergunta e uma resposta. Os aspectos sociais, psiquiátricos e jurídicos envolvem a questão da pedofilia. E V. Exa., Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago, estará dando a abertura desse Seminário, fazendo as honras da Casa, e terá a disponibilidade de um tempo, pela sua especialidade, de também estar contribuindo com esse debate tão importante. Então, antecipadamente, já quero agradecer a V. Exa. por ter disponibilizado o tão dificultoso tempo da agenda de Presidente desta Casa para nos honrar com sua presença no dia 26 de junho próximo, às 9 horas, quando teremos a presença do Promotor Alexandre Spizzirri; da Defensora Pública Claudia Barros; da Suzana Braun, que é psicóloga da Polícia Civil; do DECA, que é a Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente; da Claudia Machado, que é Coordenadora do Comitê EVESCA, que é o Comitê de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e um depoimento marcante da Ângela Chaves, autora do livro Lágrimas do Silêncio. Ela que foi vítima de pedofilia na infância escreveu esse livro pioneiro, Ver. Pujol, aqui na nossa cidade de Porto Alegre. E ela não só escreveu o livro como tem circulado por todo o Território Nacional dando o depoimento do que são as

consequências, as sequelas, as mazelas de ser vítima de pedofilia, de ser uma criança em crescimento vítima de um processo tão triste, tão terrível, tão avassalador.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vou ser bem curto. Vou cumprimentar Vossa Excelência. Porque eu acho que é muito importante que a gente destaque que, num momento em que a classe política brasileira se encontra desgastada por inteiro, em que há um desestímulo, um desencanto na sociedade, que explode nestes movimentos que aí vão se espalhando, neste momento, aqui na Câmara de Vereadores, há pessoas como V. Exa. e o Presidente fazendo um trabalho de tamanha profundidade. Então, tenho esperança de que vocês, com o nosso apoio, inclusive, possam fazer com que as coisas não fiquem tão ruins como estão prognosticadas diante do desencanto e desalento que a classe política enfrenta nos dias presentes. Nossos cumprimentos pelo seu trabalho. A Câmara ganha com a sua juventude, com a sua capacidade, com o seu entusiasmo, e ganha, sobretudo, com a sua inteligência.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Portanto, convidamos a todos, reiterando o convite para o dia 26 de junho, às 9h.

Presidente, tenho recebido ligações, porque espalhamos *e-mails* sobre esse Seminário, na rede Municipal e Estadual, de professoras que têm dito: “Olha, eu preciso participar deste Seminário, como faço, tem que pagar?” Então, estamos esclarecendo: as inscrições são gratuitas, a entrada é franca, mas, naturalmente, estamos pedindo as inscrições para que possamos, depois, subsidiar com as informações. Está sendo de grande repercussão positiva esse nosso Seminário, que é importante e pioneiro na cidade de Porto Alegre sobre o tema da pedofilia. E nós temos dito, Presidente, que a cidade de Porto Alegre e nós queremos que haja aqui o bom turismo, mas não o turismo sexual. E nós estamos trabalhando com afinco, de forma muito veemente, muito pontual nesta questão. Portanto, no dia 26 de junho, às 9 horas, aqui no nosso Plenário Ana Terra, estaremos aqui para tratar do Seminário Pedofilia? Aqui, não!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Elizandro Sabino. Eu me somo a essa fala do Ver. Reginaldo Pujol e acho que a sua experiência, enquanto conselheiro tutelar, é

muito importante para esta Casa Legislativa, principalmente na sua abordagem desse tema. Parabéns.

Apregroo o PLL nº 221/13; o PLL nº 222/13; e o PLL nº 220/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, nós fizemos uma manifestação a V. Exa. alertando sobre a circunstância de que em dias como amanhã simultaneamente duas Comissões importantes da Casa irão ocorrer. Uma delas, a Comissão Parlamentar de Inquérito, muito bem presidida pelo Ver. Cláudio Janta; e a outra que diz respeito aos licenciamentos na cidade de Porto Alegre, cujo Presidente é o Líder do PTB, Ver. Cássio Trogildo. Nós, por circunstâncias, pertencemos as duas Comissões, e, na semana passada, não podendo administrar uma situação semelhante, merecemos críticas muito fortes por parte da imprensa gaúcha, mais precisamente do jornal Diário Gaúcho; não há por que esconder, principalmente no que diz respeito à pessoa cuja coluna fez essa crítica, que é sabidamente conhecida, que é a coluna do Macedo. Amanhã, eu vou ficar mais uma vez com esse problema: quero estar às 10h aqui para a abertura dos trabalhos da CPI, porque a CPI tem número para abrir, mas também não posso faltar lá em cima. Vou ter que jogar um pouco em cada lugar, mas, daqui a pouco, não vou me encontrar em uma dessas Comissões, e lá vem a crítica. Falo tudo isso, Sr. Presidente, porque eu acho que a Mesa tem que coordenar um sistema através do qual essas situações não se repitam, e que nós tenhamos um cronograma pelo qual algumas Comissões se reúnam na quarta de manhã, outras na quinta, outras na sexta, e assim por diante, porque, todas, no mesmo horário, é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito. Feito o registro do Ver. Pujol. Eu quero só informar, também utilizando a questão da TVCâmara, que acaba de ser aprovada, no Senado, a Lei do Ato Médico, ou seja, diagnóstico e prescrição passam a ser atividades privativas de médico, só aguardando, agora, a sanção presidencial. Muito obrigado e até a Sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h2min.)